

# Caderno de debates

# Juventude e Direitos na Cidade

Organização:

Joana Barros, Evanildo Barbosa e Lívia Duarte

Rio de Janeiro, agosto de 2013

Realização



Apoio





Caderno de Debates: Juventude e Direitos na Cidade

FASE - Solidariedade e Eduçação Programa Nacional Direito à Cidade Rio de Janeiro/RJ - 2013 1ª edição

Este Caderno faz parte do projeto "Juventudes e Direitos na Cidade", desenvolvido pela FASE com jovens nas cidades do Recife, Rio de Janeiro e Belém.

ISBN 978-85-86471-72-8

Organização: Joana Barros, Evanildo Barbosa e Lívia Duarte

Revisão: Lívia Duarte e Joana Barros Ilustração de capa: Bel Falleiros

Projeto gráfico e diagramação: Flávia Mattos

Impressão: 3Graf

Tiragem: 1.000 exemplares

# Juventude e Direitos na Cidade

# Sumário

- **05** Apresentação
- O7 Mudanças climáticas e sustentabilidade:
   nova agenda para o direito à cidade
   Jean Pierre Leroy e Julianna Malerba
- 23. Privatização a vida justificada pela universalização dos direitos:
   o avanço das parceiras público-privadas no Brasil
   Evanildo Barbosa da Silva
- 31. Práticas culturais e ações sociais: novas formas de gestão da pobreza Cibele Saliba Rizek
- 47. Pensando alto sobre Direitos Humanos:
   algumas possibilidades críticas
   Melisanda Trentin

- 59. Pessoas com deficiência, acessibilidade e direito à cidade Islândia Costa, Heron Cordeiro e Damien Hazard
- 69. Cidades-modelo e pobreza na região latino-americana:
   uma maneira de superação ou mais um passo para o buraco?
   Joana Barros e Evanildo Barbosa da Silva
- 77 Circulando: uma caminhada entre Rio e Caxias Lívia Duarte
- 87. "Desenvolvimento" e Desigualdades Sociais

  Cristiane Faustino

# Apresentação

Em um mundo cada vez mais compartimentalizado, com tantas subdivisões, especializações, temas e subtemas, grupos-alvos e recortes de todos os tipos, ao pensarmos reunir um conjunto de textos e imagens para debater as questões que os jovens experimentam no seu cotidiano, a primeira coisa que nos veio à cabeça foi: quem é esta "tal" juventude? Ou ainda, quem são estas "tais" juventudes?

Este Caderno de debates é uma proposta de reflexão que emerge das experiências do trabalho da FASE com juventudes nas regiões metropolitanas do Recife, do Rio de Janeiro e de Belém. A partir destas realidades experimentadas por estes jovens — em sua multiplicidade de formas de viver e de estar no mundo ou em convergências nas formas compartilhadas de gostos e modos de ser ou nas maneiras de conhecer as violações de direitos e as transformações de seu tempo e de seus espaços — fomos instigados a nos debruçar e debater não as questões juvenis, mas sim, as questões que pareciam transbordar os contornos geracionais e nos inquiriam sobre a realidade nos territórios nos quais atuamos.

Desta forma, com este Caderno queremos propor uma leitura e um debate dos assuntos e questões que compartilhamos com estes jovens em seus territórios, mas que não se enceram nos recortes quer seja das especialidades disciplinares, das classificações geracionais ou das "boas práticas". Buscamos trazer elementos, perspectivas e formas de abordagem dos temas que estão na pauta do dia dos jovens nas periferias pobres de nossas cidades — violência, acessibilidade, a luta das mulheres, cultura, mobilidade urbana, privatização da vida, justiça ambiental e direito à cidade — mas que não se dirigem só a eles ou antes, não atingem somente aos jovens.

Não desconsideramos que a juventude, ou qualquer outro grupo, tem suas especificidades. E que estas especificidades devem ser tomadas em questão quando trabalhamos e agimos politicamente na afirmação de direitos. Contudo, neste *Caderno* pretendemos discutir temas que a juventude enfrenta mas também as mulheres, os trabalhadores organizados, os "desorganizados", os portadores de deficiências, os agentes de cultura... Enfim, optamos por uma perspectiva não setorizada para falar de alguns temas que dizem respeito à experiência social contemporânea vivenciada nas cidades brasileiras.

Por isto, neste *Caderno* – com o qual esperamos iniciar alguns debates – colocamos lado a lado contribuições de autores diversas e pouco "focadas". Este é um convite ao debate da experiência e da vida social nas nossas cidades, num cenário de intensa transformação seja da organização e ordenamento

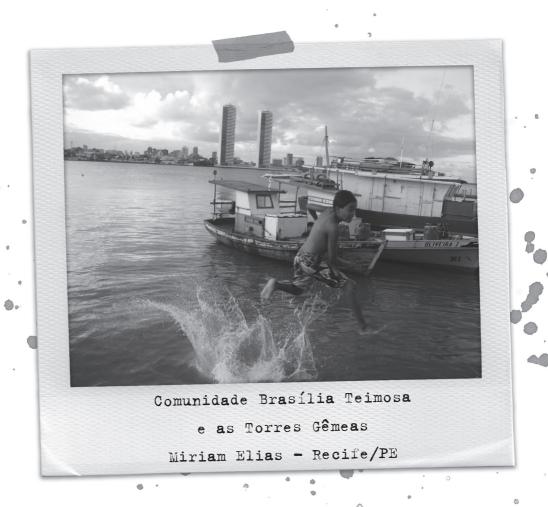
territorial, seja da sua vida cotidiana e das formas de sociabilidade ou ainda das formas de organização e representação política, em especial das camadas populares.

O título escolhido – *Caderno de debates: Juventude e Direitos na cidade* – já anuncia nossa preocupação, nosso tema central e nosso convite: olhar as cidades e aqueles que vivem nelas sob a ótica dos direitos.

Antes de terminar, gostaríamos de agradecer aos autores que convidamos para este debate. São artigos em diferentes formatos, artigos acadêmicos, reportagens, pequenos textos de ação e posição políticas, depoimentos, textos escritos especialmente para esta publicação, além das imagens feitas pelos jovens que se engajaram na *Oficina de fotografia Gênero e Cidade*. Agradecemos aos autores por terem aceitado este convite à reflexão através de sua escrita e agora reinteramos e ampliamos o convite com a publicação deste *Caderno de debates*.

# Mudanças climáticas e sustentabilidade: nova agenda para o direito à cidade

Jean Pierre Leroy¹e Julianna Malerba²



Num mundo em que o modelo de produção e de consumo capitalista continua aparecendo como a única forma possível de desenvolvimento e os governos entendem que a sua sobrevivência e a dos seus países dependem dele, no meio de tantos conflitos, não é de se admirar que o futuro do planeta e da humanidade não esteja na ordem do dia.

Porém... o futuro já começou. Os cientistas nos alertam que o aquecimento do planeta não significa apenas um aumento linear e geral do calor, mas também *eventos extremos*. Eles nos informam igualmente que o estado atual das pesquisas não permite dizer em que proporção o aquecimento do planeta contribui para a violência desses eventos. A televisão e a internet tornam próximas as cenas de furações, secas, enchentes, tempestades de neve, incêndios se avizinhando perigosamente das nossas vidas. Num mundo urbanizado (lembremos que, segundo o Censo de 2010 do IBGE, a população urbana representa 84% da população brasileira), as perspectivas são alarmantes, ainda mais em países com características como as do Brasil. Por isso, é de extrema atualidade refletir sobre a relação entre cidade e clima, para que se possa enfrentar desde já os desafios que se colocam numa perspectiva abrangente do direito à cidade.

<sup>1</sup> Jean Pierre Leroy é educador e assessor da FASE no Núcleo Justiça Ambiental e Direitos.

<sup>2</sup> Julianna Malerba é mestre em planejamento urbano e regional pelo IPPUR/UFRJ e coordenadora do Núcleo Justiça Ambiental e Direitos da FASE.

Em quê as cidades contribuem para as mudanças climáticas e em quê são afetadas por elas

Meio Ambiente remete espontaneamente aos espaços da natureza e aos ecossistemas: florestas, cerrados, caatingas, pantanais, pampas, manguezais e restingas, oceano. Custa lembrar que as cidades são meio ambiente construído, que interfere nos ciclos da vida e da natureza. Direta ou indiretamente, elas são responsáveis pela emissão de gases que contribuem ao efeito estufa tanto quanto sofrem os efeitos da acumulação acelerada destes gases na atmosfera. Inseridas em ecossistemas, as cidades estão em constante intercâmbio com eles. Por isso, os moradores das cidades não podem pensar que o que acontece nas florestas, no Cerrado, na Catinga, nos Manguezais ou no Pantanal não é problema deles.

#### A. Mudanças climáticas e a relação entre o campo e a cidade

De antemão, vale lembrar que o desmatamento - da floresta amazônica em particular por suas dimensões - e as mudanças no uso do solo, decorrentes, sobretudo, do avanço avassalador da agropecuária industrial, são a principal fonte de emissões de CO<sub>2</sub>, de metano (pela fermentação digestiva dos animais na pecuária e pelo cultivo de arroz) e de óxido nitroso (pelo processo de cultivo dos solos e pelos dejetos da pecuária) no Brasil.

Os dados globais trazidos pela ONG Grain são significativos: eles informam que a maioria dos estudos já realizados situa uma contribuição das emissões do setor agrícola, produzidas especialmente a partir do cultivo, da ordem de 11 a 15% em relação ao montante de emissões mundiais. Porém, somando toda a cadeia agroindustrial (que inclui, além do uso direto do solo, o desmatamento, o processamento e transporte dos alimentos, o desperdício etc.) os dados revelam que:

el sistema agroalimentario global actual, impulsado por una poderosa industria alimentaria transnacional, es responsable de cerca de la mitad de todas las emisiones de gases con efecto de invernadero producidas por humanos: una cifra entre un mínimo de 44 % y un máximo de 57% (Grain, 2011).

Vê-se que a forma de ocupação do solo no campo e o tipo de agricultura predominante no país contribuem significativamente para o efeito estufa. Em retorno, as mudanças climáticas terão possivelmente um efeito severo sobre a produção de alimentos no país e no mundo, acabando com algumas produções em certas regiões e mudando as áreas de plantio. Segundo o estudo

Aquecimento Global e a Nova Geografia da Produção Agrícola no Brasil, realizado em 2009 por Embrapa e Unicamp, as mudanças do clima poderão ser tão intensas a ponto de mudar a geografia da produção agrícola nacional. No Brasil, o Nordeste, principalmente, terá grandes perdas enquanto a produção no Sul poderá crescer. Essas mudanças vão gerar, sem dúvida, problemas de abastecimento para as cidades.

A crise alimentar que se anuncia terá também como ingredientes a erosão da agrobiodiversidade e o domínio das sementes pelas grandes empresas. A aposta é que sementes modificadas geneticamente, a despeito dos riscos à saúde e ao meio ambiente, apontados recentemente por mais uma pesquisa sobre o milho transgênico (RFI Português, 2012), permitirão enfrentar as mudanças climáticas. Mesmo que essas previsões sejam acertadas, a alimentação se tornará mais dispendiosa, já que o custo das sementes industrializadas, geneticamente modificadas e seguramente patenteadas, será controlado pelas empresas, ameaçando a autonomia dos agricultores e a própria diversidade dos alimentos e da biodiversidade no planeta.

Em muitas cidades, o abastecimento de água já representa um problema. O modelo de agricultura por si já prejudica os cursos de água: por contaminálos com resíduos de agrotóxicos, consumi-la em grande quantidade para irrigação, provocar assoreamento e reduzir os fluxos dos corpos d'água pelo desmatamento, em especial em áreas de nascentes e matas ciliares. Isso contribui para tornar as enchentes mais devastadoras e as secas mais severas. Esses problemas serão agravados e, se não forem enfrentados, comprometerão, em quantidade e em qualidade, o abastecimento de água das cidades, sendo previstos o incremento do custo de tratamento e a incidência maior de doenças relacionadas à água. A severa seca no Nordeste em 2013 já faz com que a cidade de Maceió esteja submetida a racionamento, por exemplo.

Não só os rios ameaçam as cidades, mas o mar. O furação Catarina no litoral sul brasileiro em 2004, e os furações que devastaram Nova Orleans, em 2005, e a costa leste dos EUA, em 2012, representam um sinal de alerta para as grandes cidades e metrópoles situadas no litoral quase ao nível do mar. Aliás, durante a COP 18 (18ª Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas realizada em 2012, Doha, no Quatar), foi divulgada pela agência de notícias AFP uma pesquisa, onde se anuncia que:

a elevação do nível do mar provocada pelo aquecimento global tem ocorrido 60% mais rapidamente do que o estimado em 2007 pelo grupo de climatologistas da ONU, o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC). (AFP, 2012).

Notícia da Folha de São Paulo, de 30 de novembro de 2012, informando sobre esse estudo precisa suas estimativas:

Simulações de computador que tentam prever o aumento total do nível do mar até 2100 em razão do aquecimento global variam radicalmente. O último relatório do IPCC trabalha com uma variação entre 20cm e 60cm, mas previsões recentes mais sofisticadas indicam que o nível do mar pode subir de 75cm a 1,85 metro neste século (FSP, 2012).

Enfim, após essas décadas de migração para a cidade – produzidas tanto graças ao apelo por uma vida melhor quanto pela escolha pelos detentores do poder de uma agricultura que não prevê lugar para o campesinato – a expulsão do campo do que sobrou da população rural poderá se concluir, dessa vez, por motivos climáticos. Por exemplo, estudo realizado em 2009 avalia que "entre 2030 e 2050, (haverá) aumento significativo (até 24%) na taxa de migração das áreas mais carentes para os grandes centros urbanos do Nordeste e de outras regiões" (Cedeplar e Fiocruz, 2009).

B. A contribuição das cidades para as mudanças no clima e as consequências do aquecimento global nas cidades

Como meio ambiente construído, as cidades, em particular as grandes e as metrópoles, também representam um importante fator nas mudanças climáticas, tanto pelas emissões de gases quanto por seus efeitos.

## Energia e transporte

Nos países industrializados, a produção de energia e o seu consumo (pelos transportes, em especial) são as principais fontes de emissão. No Brasil, a percentagem é invertida. Mudanças no uso da terra/florestas (em especial o desmatamento e as queimadas) representam 57,7% das emissões de gases de efeito-estufa (GEE); a agropecuária, 21,9%; a produção e a queima de energia fóssil, 15,7%; as emissões fugitivas, 0,8%; os processos industriais, 1,7% (MCT, 2009).

Vejamos o setor de transporte, que responde por cerca de 20% das emissões globais de CO<sub>2</sub>. No Brasil especificamente, um estudo de um pesquisador do IPEA lembra que, segundo o Inventário do MCT já citado, "o setor de transporte responde por cerca de 9% das emissões totais de CO<sub>2</sub> no país, sendo que as queimadas respondem por mais de 70% delas". Ele observa, entretanto,

que o transporte individual, que responde por cerca de 35% das viagens motorizadas, em média, é responsável por quase 60% das

emissões de dióxido de carbono nos centros urbanos brasileiros, enquanto o transporte público coletivo responde por cerca de 25% da emissões totais de CO<sub>2</sub> (Carvalho, 2011).

Apesar disso, as metrópoles e os complexos industriais e de transporte a elas associados apresentam uma contribuição crescente a essas emissões, em parte pelo crescimento urbano-industrial, mas, sobretudo, pela diminuição do desmatamento da Amazônia. Vale notar que, com a diminuição do desmatamento da Floresta Amazônica, a percentagem relativa de emissão devida às cidades, ao transporte e aos complexos industriais aumenta. Acrescenta-se a isso o incremento de outros ramos de atividades.

A segunda comunicação nacional do Brasil à Convenção Quatro das Nações Unidas Sobre a Mudança do Clima (CQNUMC) sobre as emissões do país informa que em 2005 a mudança do uso da terra e florestas foi responsável por 61% das emissões seguida do setor de energia, representando 15% (Brasil, 2010). No entanto, alguns estudos revelam que em 2010 o crescimento das emissões no Brasil foi resultado da expansão da contribuição de outros setores econômicos, notadamente do setor energético que já apresentava um índice correspondente a 32%, contra 35% do desmatamento (Viola e Franchini, 2010). Outros estudos também revelam que com as descobertas dos campos de petróleo do pré-sal, essa proporção sofrerá modificações adicionais (Furtado, 2012).

#### Indústrias

É importante lembrar que, em geral, as cidades abrigam outras fontes de emissão de gases de efeito estufa (GEE): indústrias e plantas de produção de energia (como termoelétricas movidas por combustíveis fósseis ou nuclear). Não por acaso, essas fontes de emissão estão concentradas nas zonas urbanas. As regiões metropolitanas, em especial, atraem essas atividades pelas "vantagens comparativas" em termos de logística e custo. Além da proximidade de outras indústrias de matéria prima e dos centros consumidores e fornecedores de mão de obra e serviços, o baixo valor no preço da terra nessas áreas – que, em geral, apresentam carência de infraestrutura e serviços -, também representa um fator relevante de atração desses empreendimentos. Esses fatores, aliados aos subsídios que os governos oferecem para instalação dessas indústrias, resultam numa concentração espacial das fontes de risco, criando zonas de sacrificio onde também acabam sendo alocados os depósitos de lixo e de material contaminado, assim como concentram os grandes emissores de GEE. Não por acaso, é nessas áreas que, em geral, vivem os/as trabalhadores/as pobres, historicamente vulnerabilizados/as pela falta de acesso ao trabalho e

à moradia, saneamento, saúde etc. Assim, a injustiça ambiental<sup>3</sup> é também um fator determinante para a concentração das emissões urbanas.

#### Saneamento

O que poderá acontecer com o saneamento mostra outra grave implicação das mudanças climáticas para a cidade. Segundo o Atlas de Saneamento 2011, 94% dos municípios tinham serviço de abastecimento de água em 2008 (IBGE, 2011). Porém, como já mencionado, o abastecimento de água em quantidade e dentro de padrões de potabilidade adequados poderá ser comprometido já antes de chegar à cidade. Entretanto, outros desastres, como enchentes urbanas, podem piorar a situação.

O esgotamento sanitário, por sua vez, atingia em 2008 somente 55,2% dos municípios e 45,7% dos domicílios (IBGE, 2011). De fato, na perspectiva das drásticas mudanças climáticas que aguardam as cidades, a coleta, o tratamento e a disposição adequada dos esgotos, que representam um dos principais problemas hoje, prenunciam um futuro desastroso. Isso porque:

Em termos de vulnerabilidade à MGC [mudança global do clima], as redes de águas pluviais no Brasil apresentam dois problemas fundamentais, pois transportam o esgoto que não é coletado pela rede de esgotamento sanitário e carreiam a contaminação do escoamento pluvial (i.e. carga orgânica, tóxicos e metais). (Favero-Silva, 2007).

Apesar das estatísticas considerarem que se dá, em geral, um tratamento aos resíduos sólidos e que há um manejo razoável das águas pluviais, o que acontece já na atualidade com as enchentes urbanas, que carregam todo tipo de lixo, faz prever que, juntando isso com a falta de esgotamento, o quadro de doenças poderá piorar bastante.

#### Moradia

O enorme déficit habitacional nos grandes centros urbanos é um fator que amplia a contribuição das cidades para as mudanças climáticas: leva a ocupação de encostas e áreas impróprias para moradia e ao aumento da poluição das fontes de abastecimento decorrente da ausência de serviços de saneamento nessas áreas. Essa realidade ainda penaliza duplamente as populações que já

<sup>3 &</sup>quot;Entendemos por injustiça ambiental o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis." (Acselrad, Herculano e Pádua, 2004: 14).

sofrem pela ausência de políticas públicas adequadas, pois serão elas, conforme se verá mais adiante, que irão sofrer, de forma mais intensa, a consequência dos desastres decorrentes das mudanças climáticas nas cidades.

## Porque as cidades têm dificuldades para enfrentar o problema

A cidade, lembra Harvey, como ambiente construído, "constitui um vasto campo de meios coletivos de produção e de consumo" (Harvey, 2012: 76). Se as cidades, sobretudo as grandes e as metrópoles, são a expressão do momento atual do capitalismo, elas não nasceram evidentemente com ele. Pesquisas arqueológicas revelam que milhares de anos atrás já eram lugares de trocas comerciais e de administração do poder local. Com o capitalismo, adquiriram o estatuto de motor da sua expansão, concentrando indústrias, serviços e força de trabalho. E, num momento em que a palavra de ordem é "competitividade", aceleram-se as tendências a subordinar qualquer planejamento urbano, qualquer interesse público, aos interesses do capital. Afinal, não é o capital que vai permitir empregar mão de obra, melhorar a infraestrutura e os equipamentos urbanos, complementar ou substituir o poder público com mais saúde e educação? É assim que o território urbano e seu entorno estão sendo definidos e apropriados pelo capital.

O capitalismo atua também no plano ideológico e impôs mundialmente o seu modelo de produção e de consumo como o único capaz de satisfazer as necessidades humanas. Em sua dimensão local, a ideologia capitalista subordina as cidades, convencendo cidadãos e governos locais de que é somente através de sua pujança que as cidades podem se impor num mundo competitivo. É dessa forma que o capital (imobiliário, industrial, alimentar) subordina a seus desígnios o poder público e a opinião pública dominante, que passam a ceder à chantagem do emprego, oferecendo vantagens para atrair investimentos em detrimento dos interesses da cidade e dos cidadãos. Neste contexto, valores como qualidade de vida para todos, direito à cidade e o planejamento de uma cidade mais igualitária são secundarizados, mas o "local" é valorizado, como analisam Henri Acselrad *et alli*:

Para pacificar a democracia de mercado, ameaçada pelas próprias desregulações do mercado, fala-se insistentemente em reconstruir no plano local — nas comunidades — tudo o que o global vem destruindo no plano nacional, a saber, a 'solidariedade' e a 'cidadania'. (...) Esse urbanismo de resultado pretende, por certo, promover a construção simbólica de uma cidade contínua, una, não fragmentada. Mas em nome da unificação simbólica para se obter possíveis ganhos futuros via competição, são

justificadas medidas que concorrem para aumentar a segregação socioespacial, a desigualdade ambiental e o enfraquecimento político da população residente nas áreas empobrecidas (Acselrad *et alli*, 2006: 30–31).

O capital se realiza na cidade de diferentes formas que coexistem e se alimentam umas das outras. Ele perpetua a "acumulação primitiva", se apropriando de territórios urbanos ou suburbanos pela violência ou a fraude, super-explorando a força de trabalho que, sem um horizonte de melhores oportunidades, aspira a qualquer trabalho, com processos produtivos arcaicos, grandes consumidores de matérias primas e de energia; mas também é o locus de empresas na vanguarda tecnológica que buscam construir uma imagem limpa de sustentabilidade. E como a urbanização ao seu serviço "absorve enormes quantidades de capital tanto na construção quanto na manutenção" (Harvey, 2012: 75), o capital se alia ao Estado numa complexa rede públicoprivada voltada para a urbanização. Assim, há uma busca incessante para tornar todo o território urbano funcional aos interesses econômicos, seja na conformação territorial, com a distribuição dos bairros, dos serviços, das indústrias, seja na organização da mobilidade. Isso se dá num movimento adaptativo permanente de destruição e recriação, em que o território urbano e suburbano fica cada vez mais submetido à lógica do capital.

As mudanças climáticas como fator de injustiça ambiental. Os desastres e o direito à cidade

Esse conjunto de interesses e de estratégias, tão bem expresso pelo poder das grandes empreiteiras, força os pobres a se instalar em áreas ainda sem utilidade, desprezadas pelo grande capital por vários fatores: i) porque são distantes demais dos centros urbanos, ii) porque situadas em áreas consideradas impróprias para atividades industriais, comerciais e para residências legalizadas, ou ainda, iii) porque exigiriam infraestruturas que o poder público não se dispõe a implantar.

Conforme já mencionado, um dos resultados desse processo é a ocupação de áreas ambientalmente mais frágeis pelas populações que historicamente não têm sido priorizadas pelo planejamento urbano realizado (ou negligenciado) pelo Estado, sob forte pressão de interesses privados e da lógica patrimonialista que ainda orienta e explica, em parte, a omissão do poder público e a ausência de garantia de direitos para expressiva parcela da população do país.

Além de aumentar a vulnerabilidade ecológica das cidades às mudanças climáticas e aos desastres, a ocupação dessas áreas imprime algumas particularidades às cidades quando ocorrem eventos extremos. A principal

delas é o fato de colocar as populações pobres e vulnerabilizadas na linha de frente às mudanças climáticas. À injustiça ambiental a qual estão submetidas pela falta de acesso ao solo urbano (e que resultam em moradias precárias com maior exposição ao calor, em precariedade de serviços de transporte público e dos serviços públicos em geral e na proximidade frequente de atividades industriais e de serviços poluentes, barulhentos ou perigosos), soma-se o risco climático com o qual passam a ter de conviver de forma mais permanente.

No entanto, o acesso ao solo urbano, que continua sendo o primeiro e maior sinal da desigualdade urbana, torna-se também um fator de desigualdade ambiental. Os desastres recorrentes tanto em metrópoles quanto em cidades pequenas estão aí para exemplificar tragicamente essa desigualdade.

Enchentes e trombas de água chegam para as pessoas e as comunidades atingidas como algo destruidor instantâneo, como um fenômeno imponderável, devido a forças indomáveis da natureza. No caso das secas, o desastre vai se instalando de mansinho, até um ponto de não retorno quando se constata que tudo se perdeu. Uma explosão numa indústria emite uma carga de gases tóxicos. Seria cada um destes eventos um simples incidente ou desastre, que poderá ser consumado até décadas depois com o aparecimento de doenças mortais? Os desastres são tudo isso e muito mais: neles se expressa como num condensado toda a injustiça ambiental e climática do mundo.

Concentremo-nos aqui nos desastres ligados às mudanças climáticas. Vale notar que usamos o termo "ligados" e não "causados", pois no estado atual dos conhecimentos, não é possível dizer qual é a parte do aquecimento global em tal ou tal evento, e qual é a parte que cabe a uma conjugação, por exemplo, de correntes de ar, que periodicamente se encontram para gerar temporais devastadores.

A professora e pesquisadora Norma Valencio, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastre (Neped), em estudo profundo sobre o tema orienta aqui nossa reflexão. Serão os desastres exceções, ou se tornam coisa corriqueira? Entre Situações de Emergência (SE) e Estado de Calamidade Pública (ECP), "29,42% dos municípios brasileiros passam anualmente por esse percalço" (Valencio, 2012: 98). Se acrescentarmos o número de mortos e de vidas destruídas, não há dúvida de que estamos frente a uma calamidade pública que exige a mobilização permanente tanto da sociedade quanto do poder público. E já que mais de 80% da população mora em cidades, torna-se uma das grandes questões urbanas.

Essa mobilização deve ser permanente também porque não deve ser tão somente "curativa", no "dia do desastre". O desastre deve ser visto "como processo social que integra o passado, o presente e o futuro de uma coletividade" (Valencio, 2012: 22). As vítimas são, à evidência, principalmente pobres que moram em áreas de risco. A recorrente conexão entre áreas de risco, pobres e desastre tende a naturalizar os desastres que atingem os pobres,

e até a culpabilizá-los. Esquece-se o processo social cruel que não lhes deixou outras alternativas que não as áreas ditas de risco. Na prática, essas áreas são reservadas às pessoas de baixa renda, às famílias que migram para a cidade sem emprego assegurado, às mulheres chefes de família sem renda fixa, àqueles/as cujo trabalho não permite pagar um aluguel, etc.

É assim que "no discurso corrente de agentes de defesa civil, trata-se de uma espacialidade problemática, não apenas em razão de certas susceptibilidades do meio natural, mas em razão da "ação antrópica" deletéria" (Valencia, 2012: 58). Ao transformar relações de classe e de perpetuação da desigualdade em categorias geológicas de "risco" combinada com uma genérica "ação antrópica", evita-se discutir a causa real da quase totalidade dos desastres. Da aceitação pública desse discurso, resultam, pelo menos, três consequências.

A primeira refere-se ao fato do risco passar a ter de ser gerido por especialistas, por ter uma componente técnica central (geológica, hidrológica e urbanística), e por que as pessoas são "inconsequentes". Em segundo lugar, como não se faz o debate de fundo sobre o processo de construção da cidade, sobre o papel estruturante das desigualdades de classes, do racismo, da vulnerabilidade das mulheres na produção dos problemas urbanos, naturalizase a incidência de outros desastres. Seja nos mesmos lugares ou em outros, afetam, em geral e de forma mais drástica, os mesmos grupos. Instala-se a "indústria dos desastres" (sem, claro, dispensar a secular indústria da seca) e perpetua-se, sem remorso, a desigualdade ("sem remorso", já que se suspeita da culpabilidade dos afetados). Por fim, dado que os desastres são apropriados por especialistas que determinam quais são as áreas de risco e as medidas a serem tomadas, sempre por órgãos da administração, em particular a Defesa Civil, não sobra espaço para que pessoas, comunidades e suas organizações possam participar democraticamente das decisões que afetam profundamente suas vidas. A sua cidadania lhes é negada mais uma vez.

## Conclusão: o papel do Estado e da sociedade

A maneira como o Estado e a sociedade têm formulado resposta ao enfrentamento das mudanças climáticas ainda parece bastante aquém da complexidade com que a problemática se apresenta.

Em 2009, foi construída a Política Nacional sobre Mudança do Clima que estabeleceu um compromisso voluntário de redução de emissões entre 36,1% e 38,9% até 2020 em relação ao que o país emitia em 1990 (Brasil, 2008). Ela prevê uma série de planos setoriais visando o alcance dessas metas de redução. Não é propósito deste artigo analisar os planos setoriais e a Política Nacional. Todavia, nota-se que, do ponto de vista do enfrentamento das causas, as estratégias a nível nacional têm se pautado mais em medidas econômicas

e de mercado do que em planejamento de longo prazo. Este seria capaz de reestruturar o sistema de mobilidade e estabelecer mudanças estruturais no perfil industrial e energético do país.

Análises realizadas por pesquisadores e organizações da sociedade apenas sobre o plano setorial de transporte revelam que

o plano deixa de abordar entre seus objetivos iniciativas que visem à redução da demanda de viagens, elemento emergente e crucial para uma mobilidade e consumo mais sustentáveis e, consequentemente, a redução de emissões de GEE (IDEC, 2013).

Outro aspecto negligenciado refere-se à urgente necessidade de redução no custo do transportes urbano e estabelecimento de mecanismos de subsídio de investimento em transporte público e não motorizados.

Sem que se estabeleçam relações entre energia e clima, documentos de planejamentos nacionais, na contramão de qualquer política climática, apontam para a necessidade de expansão acelerada da produção de energia. É assim que o Plano Decenal 2020 prevê que a capacidade instalada no Sistema Interligado Nacional (SIN) deverá crescer em torno de 60.000 MW em 10 anos. Isso corresponde a um acréscimo de mais de 5.000 MW de capacidade instalada anualmente, equivalente a um terço da potência instalada da usina de Itaipu (14.000 MW/ano). Isso significa que a cada três anos o país terá de incluir no sistema a mesma quantidade de energia produzida anualmente pela maior de suas usinas.

No plano local, onde as mudanças climáticas se fazem sentir, os desafios não são menores. O caráter tecnicista com que são formuladas as soluções de enfrentamento a nível local contribui para a fragmentação da análise e da busca de soluções. Essa fragmentação também se coloca a partir de uma dinâmica onde a cada unidade municipal é dada responsabilidade de formular medidas mitigadoras e de enfrentamento às tragédias relacionadas às mudanças climáticas. Como consequência, as ações do poder público local não consideram a relação entre o modelo agroexportador, os déficits hídricos urbanos, a migração às cidades e o padrão excludente de ocupação do solo urbano, por exemplo. O padrão excludente que organiza a dinâmica urbana é mantido e com ele a vulnerabilidade e a desigualdade ambiental que as mudanças climáticas tendem a aprofundar.

A esse quadro soma-se o contexto atual em que novas regulações e mecanismos de negociação das normas urbanísticas estão sendo criados para garantir o reordenamento das cidades segundo os interesses dos mercados imobiliários e de grandes grupos econômicos. Liberação do controle do uso do solo, subsídios e renúncia fiscal aos investimentos privados mediante contrapartidas como a oferta de infraestrutura são obtidos, muitas vezes, em

detrimento da garantia do direito ao acesso à moradia, a exemplo do que está em curso na área portuária da cidade do Rio de Janeiro (FCP, 2011). Eles confirmam assim a atual tendência à incorporação no planejamento urbano de conceitos reificados das cidades mundiais globais, o que tem levado a um "urbanismo de resultado" aprofundando desigualdades.

Nesse cenário, as iniciativas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas são reduzidas, no melhor dos casos, a ações pontuais, em geral circunscritas a soluções tecnológicas, desprovidas do caráter estruturante e do princípio da justiça ambiental sobre o qual deveriam ser pautadas. "No melhor dos casos", pois dois anos depois da tragédia que se abateu sobre a serra no Estado do Rio de Janeiro, a imprensa mostrou que quase nada foi feito para evitar a repetição de desastres nas áreas e municípios atingidos. Não precisamos de grandes pesquisas para descobrir provavelmente uma situação idêntica na maioria dos municípios brasileiros.

Soluções estruturantes que sejam capazes de promover cidades mais justas, menos vulneráveis às mudanças climáticas e organizadas de forma a valorizar dinâmicas produtivas e reprodutivas mais sustentáveis somente serão alcançadas por meio da organização e mobilização social. Politizar o tratamento dado aos desastres, questionando e intervindo sobre sua forma tecnicista, autoritária, pontual e desprovida de caráter cidadão, rejeitar leituras fragmentadas que não possibilitam quebrar com a dicotomia campo-cidade e que reorientem as prioridades das políticas urbanas são tarefas que no atual contexto cabem à sociedade organizada fazer avançar.

Frente à abordagem fragmentadora, tecnicista e despolitizante do debate hegemônico, se faz urgente que os governos sejam pautados no sentido de reconhecerem que o enfrentamento das questões relacionadas à crise ambiental e climática passa por uma leitura mais ampla, relacionada ao modelo e às opções de desenvolvimento no plano local, regional e nacional. E por ações que integrem políticas públicas e abram espaço para a participação cidadã, possibilitando ganhos em termos de democracia, justiça e sustentabilidade nas cidades.

## Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri. Desregulamentação, contradições espaciais e sustentabilidade urbana. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, n.107, p.25-38, jul./dez. 2004.

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil – uma introdução, In *Justiça ambiental e cidadania*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília; BEZERRA, G. das Neves. Cidade, Ambiente e Política. Problematizando a Agenda 21 local. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

ASSAD, Eduardo Delgado; PINTO, Hilton Silveira. *Mudanças climáticas globais e seus possíveis impactos na agricultura brasileira*. Goiânia, maio de 2009. Disponível em http://www.sieg.go.gov.br/downloads/mudanca\_clima.pdf

BRASIL. Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima. *Política nacional de mudança climática*. Brasília, dezembro de 2008.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Coordenação Geral de Mudanças Globais de Clima. Segunda Comunicação Nacional do Brasil a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Brasília: MCT, 2010.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. *Inventário Brasileiro das Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa – Informações Gerais e Valores Preliminares.* Brasília: MCT, novembro de 2009, 19p. Disponível em http://www.mct.gov.br/upd\_blob/0207/207264. pdf

CARVALHO, Carlos Henrique Ribeiro de. Emissões relativas de poluentes do transporte motorizado de passageiros nos grandes centros urbanos brasileiros. *Texto para discussão*. IPEA: Brasília, v. 1606, abril de 2011. Disponível em www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/TD\_1606\_WEB

CEDEPLAR/UFMG – Centro de Desenvolvimento e planejamento regional; FIOCRUZ – Fundação Osvaldo Cruz. *Mudanças climáticas, migrações e saúde: cenários para o Nordeste, 2000-2050.* Coordenação de Cristiane Fontes e texto de Eduardo Geraque. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: s/d. Disponível em http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/migracoes\_saude/migracao\_e\_saude\_nordeste.pdf

FAVERO-SILVA, Silneiton. Recursos hídricos e saúde humana sob a mudança global do clima: considerações sobre medidas adaptativas e saneamento na gestão ambiental brasileira. *Anais do I Simpósio de Recursos Hídricos do Centro Oeste.* Cuiabá: 2007. http://www.abrh.org.br/novo/i\_simp\_rec\_hidric\_norte\_centro\_oeste06.pdf

Fórum Comunitário do Porto (FCP). *Relatório de violações de direitos e reivindicações.* Rio de Janeiro: 2011. Disponível em http://forumcomunitariodoporto.files.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-mpf-fcp.pdf

FURTADO, Fabrina. A Petrobras e a Mudança do Clima: da negação à apropriação. O mercado de carbono, REDD e agrocombustíveis. In: FAPP. 50 anos da Refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-sal. Rio de Janeiro: FASE, 2013.

GARCIA, Rafael. Derretimento afeta quase todos os supermantos de gelo. Folha de S. Paulo, 30 de novembro de 2012, Caderno Ciência+Saúde. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cienciasaude/80910-derretimento-afeta-quase-todos-os-supermantos-de-gelo.shtml. Acesso em 30/11/2012.

GRAIN. *Alimentos y cambio climático. El eslabón olvidado.* 28 de setembro de 2011. Disponível em http://www.grain.org//es/article/entries/4364-alimentos-y-cambio-climatico-eleslabon-olvidado. Acesso em 30/11/2012.

HARVEY, David. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Atlas Saneamento 2011: saneamento básico melhora em todas as regiões do país, mas diferenças ainda existem. *Comunicação Social*, 19 de outubro de 2011. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\_visualiza.php?id\_noticia=1998&id\_pagina=1.

IDEC. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. *Redução no número de viagens é essencial para a mobilidade mais sustentável*. Disponível em http://www.idec.org.br/em-acao/em-foco/reduco-no-numero-de-viagens-e-essencial-para-a-mobilidade-mais-sustentavel.

RFI Português. *Milho transgênico da Monsanto pode ser proibido na Europa*. Disponível em http://www.portugues.rfi.fr/franca/20120920-milho-transgenico-da-monsanto-pode-ser-proibido-na-europa. Acesso em 30/11/2012.

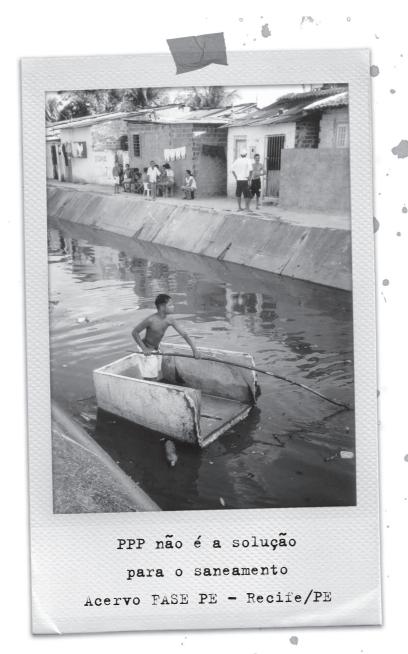
SILVA, Evanildo B. Cidades e Justiça climática: o paradoxo das escolhas ou o risco de viver enxugando gelo. *Revista Proposta*. Rio de Janeiro: FASE, n. 122, 2011.

VALENCIO, Norma. Para Além do "Dia do Desastre"!: O Caso Brasileiro. Curitiba: Appris, 2012.

VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matias. A mudança climática em 2011: governança global estagnada e o novo perfil do Brasil. *Textos Cindis*, n. 25, julho de 2011.

# Privatização da vida justificada pela universalização dos direitos: o avanço das parcerias público-privadas no Brasil

Evanildo Barbosa da Silva



A emergência do Brasil a um patamar de crescente destaque na economia global tem provocado alterações substantivas no *modus operandi* da gestão pública nacional. O esforço governamental para parecer ser *um novo tempo* é enorme, assim como o esforço de fazer uma gestão pública nada debutante, mas, aplicada a essa espécie de algazarra geral dos "novos negócios" que estão aí a demandar vultosos investimentos públicos para a plena materialidade das grandes infraestruturas nas cidades, para energia, mineração, para lazer e turismo, para a Copa do Mundo e Olimpíada, dentre outras. A lista é grande e diversificada e aponta para um Brasil gigante e moderno.

Nesse ambiente irrequieto, uma velha tríade ganha novos ares: Estado, sociedade e planejamento e gestão urbana parecem se reordenar, apesar da permanência de um tipo característico de padrão nesse relacionamento no país, que aqui chamaremos de padrão perverso. Perverso dado o risco potencial de desconstrução das capacidades de inovação política da chamada "sociedade civil participativa brasileira" das três ultimas décadas, especialmente pelas evidências de que efeitos negativos estão a ocorrer nesse legado e a inibir o alargamento da esfera pública. Esta última, como se sabe, foi amplo terreno de lutas em que as organizações da geração redemocratização se moviam com destaque e que pareciam conhecer bem durante toda a década de noventa e um pouco mais. Digo pareciam conhecer pois, hoje, a esfera pública se mantém alargada, com participação, funcionamento de Conselhos, Agências Reguladoras, dentre outros redesenhos que corroboram a expectativa de uma nova institucionalidade e arquitetura da participação democrática sobre políticas e gestão públicos. Mas o epicentro de alguma força verdadeiramente transgressora do planejamento e da gestão públicos deslocou-se, perdeu suas

<sup>1</sup> Evanildo Barbosa da Silva é historiador e doutor em planejamento urbano pela UFPE, diretor da FASE e do Programa Nacional Direito à Cidade.

"energias utópicas", orbitando ao redor de ponto que vai da burocracia estatal para o mundo empresarial corporativo, o que ficará evidente a partir do exame das chamadas PPPs (Parcerias Público-Privadas) sobre o desenvolvimento urbano brasileiro.

A título de introdução, além da PPP que nos fixaremos um pouco mais adiante, o governo brasileiro vem adotando e regulamentando outras formas e modalidades de licitação, contratação, repasse e administração de obras e serviços dos sistemas públicos à iniciativa privada. Como se sabe, o Governo Federal instituiu desde 2011 o Regime Diferenciado de Contratações (RDC, Lei Federal 12.462/11) para dar respostas a exigências formais e urgências às contratações públicas que ora se apresentavam, tendo tal Regime sido imediatamente regulamentado pelo Decreto nº 7.581 (11/10/2011), sendo exclusivamente aplicável às licitações e contratos necessários no âmbito dos investimentos da Copa das Confederações da Federação Internacional de Futebol Associação - FIFA 2013, da Copa do Mundo FIFA 2014, dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, assim como para as ações constantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em 2012, o Governo Federal também estendeu o uso do RDC para licitações e contratos do entorno de obras e serviços de engenharia para os sistemas públicos de ensino, por meio da Lei nº 12.722, de 03/10/2012.

O governo brasileiro seguiu ordenando que sistemas públicos sejam repassados à iniciativa privada, dessa feita por meio da oferta de uma polêmica modalidade de contratação de obras públicas conhecida por Locação de Ativos<sup>2</sup>. Tal "modelagem de contrato", termo preferido por seus defensores, é vista como inovação por diferentes ângulos público-empresariais quando justificados e expostos, de um lado, os profundos déficits de oferta de infraestruturas e de serviços essenciais ao desenvolvimento do país e, de outro lado, pela revelação da dificuldade de se manter perene o financiamento público para sustentação desse boom, em alta hoje, mas incerto no longo prazo, dizem eles. Ou seja, a modelagem locação de ativos é mais uma forma de participação de empresas privadas em empreendimentos de interesse público. Permite que a empresa contratada construa e arrende determinada instalação física (subestação, linha de transmissão, estação de tratamento de água e esgoto, dentre outros) ao ente público, em prazo contratual definido a priori, ou como preferem os empresários, através de um contrato build-lease-transfer (B.L.T.). As partes concordam em três pontos que chamam de "vantagens": i) avançar na universalização da oferta de serviços essenciais à vida (desde que se tenha financiabilidade!); ii) a garantia de endividamento diferido ou espaçado

<sup>2</sup> Espécie de contrato convencionado atípico, mas possível por estar ancorado no direito administrativo, em geral tomando por base os termos do artigo 425 do Código Civil, de modo que não se requer previsão legal específica para sua adoção.

no tempo para dar viabilidade econômica ao projeto de infraestrutura ou similar e iii) a possibilidade de adoção complementar de novas alternativas de incorporação de financiamentos a projetos públicos.

Conforme é o propósito, destacaremos aqui as PPPs por estarem mais conhecidas e difundidas como inovação na gestão pública. Até o presente, a adoção de PPPs divide as opiniões mais conhecidas em dois largos blocos. De um lado, aqueles que lhe fazem oposição para não se cogitar qualquer alteração no papel do Estado, notadamente no que diz respeito às prerrogativas e às expectativas que lhe são imputadas de universalização do acesso aos serviços essenciais à população, independentemente da capacidade de pagamento ou não por parte da população por esse ou aquele serviço essencial ao bemestar cidadão. Qualquer plataforma de reforma urbana pelo direito à cidade representa bem esta posição e expectativa. Conforme for o grau de diálogo na tríade Estado, sociedade e planejamento e gestão urbana, o passo seguinte para esse bloco de opinião é apoiar a instauração e funcionamento dos inúmeros instrumentos de controle social sobre as políticas que instituem os tais serviços essenciais e sobre o que ainda resultar de políticas públicas urbanas.

Do outro lado, se encontram gestores públicos e corporações empresariais que demandaram, elaboraram e agora aplicam o instrumento PPP com serenidade instrumental e crença política das mais impressionantes. A gestão pública, representada neste particular pela figura do gestor público em exercício, seja federal, estadual e ou municipal, realiza por meio do instrumento PPP a maior e mais célere das alianças entre *a fome e a vontade de comer*, conforme se diz por aí. Ou seja, alianças entre o investimento público – que, por sua vez resulta de uma experiência social coletiva de grande monta sobre a totalidade da riqueza socialmente produzida – e a *expertise* operacional da qual a iniciativa privada se diz detentora.

E o que é uma PPP? Trata-se de um contrato administrativo entre o governo e o ente privado, de longo prazo, envolvendo recursos do orçamento público, lastreado pela Lei 11.079/2004. São duas as modalidades de PPP. A patrocinada, que permite que os recursos do orçamento complementem as receitas decorrentes da cobrança de tarifa do consumidor e a administrativa, em que não se permite cobrar tarifa do consumidor, de modo que o Estado passa a custear cem por cento dos recursos necessários ao contrato estabelecido, através do orçamento público. A modalidade de PPP patrocinada é apresentada como muito útil em setores cuja infraestrutura não se paga simplesmente mediante cobrança de tarifas pelo usuário do serviço.

É quais seriam, segundo seus defensores, as vantagens da adoção de uma PPP? Primeiramente, a melhor divisão de riscos entre os setores público e privado. Outra vantagem das PPPs seria que o foco governamental passaria a ser no serviço, ou seja, este passaria a ter menor demanda de controle da obra e de indicadores de qualidade, uma vez que seria o setor privado o responsável

por isso. Fala-se muito na vantagem "agilidade do setor privado na construção e na operação de serviços". Outro item é que em termos de contratação, a PPP teria a vantagem de poder se realizar como uma contratação integrada, ou seja, licitar a obra pública apenas com um pré-projeto básico de engenharia e a parte de operação, ou seja, a prestação do serviço, se realizar *a posteriori*. Com isso, explicam seus defensores, se reduz o número excessivo de contratos e licitações para uma mesma obra ou serviço, pois, com a PPP se pode fazer um único contrato, o que reduz os custos burocráticos. Mais uma vantagem apregoada é que haveria garantia de recursos e de prestação de serviços no longo prazo, dado que a parte contratada na PPP responsabiliza-se pela prestação nos vinte ou trinta anos seguintes.

Para os empresários, as PPPs não deveriam ser encaradas como uma panaceia pra todos os males da gestão pública e para a oferta de serviços. O setor privado tem procurando ressaltar que, para sua existência como instrumento de inovação, a PPP tem que ter financiabilidade, ou seja, deve dispor em sequência de garantias, com retorno mínimo certo e capaz de enfrentar a dívida. Para isso ocorrer, sugerem os empresários, tem que haver (redução de) tarifa compatível com esse endividamento para que as garantias ao contrato sejam cumpridas. Sabemos que esse ponto de vista empresarial tem destino certo: engatar uma pronta reivindicação ao Estado, não só visando a multiplicação das fontes públicas de financiamento desse tipo de contrato via recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal (CEF), oferta de debêntures de infraestrutura, como via redução de tarifas e outras obrigações fiscais como PIS, dentre outros, em seu favor.

Enquanto isso, a adoção das PPPs vai lentamente se constituindo como experiência sem retorno na gestão pública, apesar das conhecidas dificuldades de estruturação de projetos pelos executivos nos três níveis e apesar da baixa capacidade de monitoramento imparcial do cumprimento das cláusulas contratuais de uma PPP, considerando que a maior parte dos municípios brasileiros não tem condições de estruturar, por exemplo, uma agência reguladora para esse fim. Ou seja, apesar dos riscos, o Brasil urbano assiste à emergência de PPPs: nos serviços de mobilidade urbana como em São Paulo, desde 2006, e em estudo nos casos do VLT no Rio de Janeiro; metrôs de Curitiba, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, além da linha 6 do metrô de São Paulo, todos apoiados pelos recursos do PAC Grandes Cidades; no setor de saneamento já estão contratadas as PPPs para o emissário submarino na Bahia (desde 2006), na Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) para o sistema produtor do Alto do Tietê, assim como na Região Metropolitana do Recife e município de Goiana (PE) para coleta e tratamento de esgoto. Em paralelo, outros vários municípios estão a patrocinar estudos para PPP em saneamento: o segundo emissário submarino

na Bahia, nos rios São Lourenço e Alto do Juquiá; São Paulo; Belo Horizonte; Manaus; Serra (ES) e Distrito Federal, além do estabelecimento de consórcios intermunicipais em São Paulo, Rio de Janeiro e Alagoas.

Como se percebe, o uso do instrumento PPP já se faz diversificado (saneamento, mobilidade, gestão...) e aponta para uma transferência de prerrogativas de planejamento e de gestão dos serviços originalmente públicos para o setor originalmente privado. Essa dinâmica alimenta, conforme nossa hipótese, um tipo de padrão perverso na relação Estado, sociedade e planejamento e gestão urbana. Não só porque há uma movimentação nítida de privatização dos serviços essenciais à vida nas cidades, como também por sugerir - sem dúvidas lastreado pelo regime jurídico brasileiro - que está em curso uma mudança na natureza e no papel do próprio Estado, o que implicaria na modificação na natureza e no sentido do que venha a ser daqui pra frente a dimensão do "público" nas funções de planejamento e gestão para a administração governamental. Mas, dado seu caráter relacional, a ainda incipiente adoção das PPPs suscita, desde já, que transformações também estão a ocorrer na própria natureza e papel do setor privado. Este passa a transitar na esfera dos direitos e da prestação dos serviços essenciais à vida desde a produção (materialização) até a gestão (coordenação) desses direitos e serviços. Trânsito ambivalente, pois de um lado, está orientado pelo princípio da universalização dos serviços e, do outro lado, justifica o acesso aos serviços urbanos desde que se pague por isso e que o lucro justifique sua continuidade. Essa ambivalência é a própria morte do direito fundamental uma vez que sobre ele se impõe uma condição (o pagamento pelo seu acesso) e uma norma (sua realização no tempo é variável não pela qualidade do que será prestado, mas de acordo com o que será lucrado).

E o que ainda pode ser defensável sob uma perspectiva do direito à cidade? Não se cogita senão a retomada do papel do Estado na universalização dos serviços e a ampla participação da população na definição e no controle das políticas aqui ditas essenciais à vida. No entanto, não se pode fingir que há uma difícil questão nessa ambivalência entre uma expectativa "estadocêntrica" e outra "sociocêntrica": é que o próprio Estado brasileiro, por meio do Governo Federal, não só está convencido dessas ditas inovações, como propicia e incrementa as condições objetivas para o aprimoramento desse novo Brasil. Mas, também aponta, assim como nós, para a necessidade de construção dos mecanismos de controle social sobre as políticas para as cidades. Por outro lado, o setor privado fala em universalização das políticas como um direito essencial à vida.

Enfim, o atual contexto brasileiro parece se apresentar rico de possibilidades de reprodução e expansão geral de uma determinada forma de economia urbana – o que já é, em si, um indicador de quem está a ganhar com esse

tipo de dinamismo – e parece igualmente rico em termos de inovações democráticas, digamos, em favor de quem já está ganhando esse jogo desde há muito tempo.

Essa tendência pessimista aqui apontada apenas quer designar a vitória (parcial, é o que se espera!) de um dado formato neoliberal de globalização do capital sobre as cidades, com imposição de consequências geográficas desiguais bem evidentes sobre a maioria empobrecida. Também quer constatar como real a adoção e a aplicabilidade de um modelo teórico e prático de cidade (crescentemente gerencial), voltado para aprimorar o empreendedorismo urbano já vigente em larga medida nas administrações públicas no Brasil.

Desde há muitos anos, autores como David Harvey destacam a importância da reestruturação da economia mundial nos anos 1970 e seu significado para compreensão das mudanças próprias do capitalismo nas cidades. Para esse autor, já se constituía evidente o marco de uma relação causal entre as novas formas de produção (do regime fordista-keynesiano para a "acumulação flexível") e a gestão nas cidades capitalistas (ou seja, as alterações no paradigma do administrativismo para o empresariamento urbano). Neste particular, Harvey assegurava:

há fortes indícios de que a mudança na política urbana e a guinada para o empresariamento tenham tido um importante papel facilitador na transição do sistema de produção fordista, fortemente dependente de fatores locacionais e respaldado pelo Estado do bem-estar keynesiano, para formas de acumulação flexíveis, muito mais abertas geograficamente e baseadas no mercado. HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1996, p.58).

Desde aí, a força das transformações globais no capitalismo não só manteve célere a reprodução dos meios materiais e culturais do espaço, matizado pelos interesses econômicos hegemônicos (assim como agora na experiência brasileira nas cidades, a partir de exemplos como as PPPs) como encontrou as condições mais dinâmicas para sua reprodução ideológica e material uma vez que é evidente o limite, a impossibilidade ou mesmo o desinteresse até aqui de controle dos fluxos das finanças internacionais pelo Estado-Nação.

Talvez e, por isso mesmo, muitos têm sido os conflitos gerados por esse modelo de cidade o que, por outro lado, deve ser considerado por nós como um limite à expansão das diferentes formas de coerção estatal-empresarial sobre aqueles e aquelas que estão na parte mais frágil da cadeia das realidades geográficas desiguais. O exame dessas contradições sobre o modelo urbano vigente aponta, desde já, para a necessidade de novas interpretações também

sobre a natureza e a qualidade desses fios de insatisfação social que são observáveis no cotidiano das cidades. Esse modelo de cidade partida carrega em si paradoxos sobre sua própria natureza reprodutiva, especialmente por pretender ser uma "corporação coletiva" de cada lugar. No entanto, ainda segundo David Harvey (1996), para sua existência perene se requererá das forças hegemônicas empresariais a constituição de novas alianças de classe para o engenho de novas tomadas de decisões corporativas. No entanto, pelas contradições na configuração/reconfiguração dessas novas e eventuais alianças de classes, novos conflitos de interesse se apresentarão na disputa do capitalismo (e entre capitalistas) pela hegemonia geográfica desigual urbana no mundo.

A ideia de cidade como uma corporação coletiva pode sim ser explorada no limite de suas contradições para que, em termos do futuro das cidades, possa vir a ser apropriada como uma produção coletiva de nós mesmos. Como crença, quanto maior a revelação e o enfrentamento dessas contradições, mais se poderá contribuir para a desprivatização da vida.

# Práticas culturais e ações sociais: novas formas de gestão da pobreza

Cibele Saliba Rizek<sup>2</sup>



## Introdução

Em pesquisas desenvolvidas ao longo dos últimos anos, relativas às tessituras e à gestão os territórios da precariedade na cidade de São Paulo, foi possível interrogar as relações cada vez mais múltiplas e mediadas entre trabalho precário e territórios urbanos. A realização dessa investigação e o acompanhamento de outras pesquisas, em seus respectivos trabalhos de campo, permitiram um conjunto de inserções, indagações e observações em pelo menos três situações distintas, construindo um mosaico sobre condições de trabalho e de pobreza urbana em Cidade Tiradentes, Itaim Paulista/Vila Curuçá e em territórios um tanto mais dispersos pelos bairros centrais da cidade, onde se encontra uma grande concentração de trabalhadores imigrantes, documentados e indocumentados, em oficinas de costura. Seus resultados geraram novas indagações, achados que reconfiguraram algumas das dimensões conceituais que nortearam a elaboração inicial de questões relativas a um conjunto de processos que acabei por denominar de "nova gestão da pobreza".

Nas incursões em campo, na presença e observação mais ou menos constante no interior desses territórios da precariedade, ganhou relevância e significação o campo da produção e da gestão de projetos culturais, ainda que não apenas no que diz respeito propriamente às práticas culturais das periferias

<sup>1</sup> Artigo original apresentado no XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur), maio de 2011. Agradecemos a autora a oportunidade de publicação desta versão ligeiramente modificada.

<sup>2</sup> Cibele Saliba Rizek é socióloga, professora associada do Instituto de Arquitetura e Urbanismo São Carlos, USP, Pesquisadora do Centro de Estudos dos direitos da cidadania – FFLCH/USP, pesquisadora CNPq.

das grandes cidades, mas às diversas relações, imbricamentos, acoplamentos e tangências que a questão da gestão dos territórios da precariedade parece apresentar com as práticas e discursos da inclusão/inserção por meio dessas atividades que envolvem frequentemente as artes e as práticas da cultura. A questão que acabou se constituindo, então diz respeito à gestão da vida, da sobrevivência e das expressões culturais que passariam a configurar um novo modo de pensar e gerir a pobreza e seus territórios, na perspectiva da inserção, inclusão, "autoestima", antídoto e afastamento da violência e das drogas, etc., estratégias e políticas denominadas como "de juventude". Ao lado da militarização silenciosa ou manifesta da gestão e dos territórios da cidade³, essa parece ser uma inovação importante cujos sentidos é preciso indagar, já que é possível que, por meio desses projetos e dessa forma de gestão, sejam enredados públicos-alvo e agentes, trabalho associado e trabalho artístico como sujeitos e objetos de um mesmo processo de captura, de elisão e da deslegitimação do conflito.

Cabe ressaltar, sobretudo, que as maiores ênfases na produção e gestão da cultura parece se configurar como estratégia de negócios, como dimensões de um empreendedorismo social que parece ser o grande mote de uma feição hegemônica e consensual que perpassa discursos e práticas, que atravessa as dimensões de programas e cursos e se instala nos fóruns populares e em suas parcerias com instituições empresariais, associações e organizações sociais. É possível, então, que a gestão da pobreza seja hoje efetivada, entre outras formas, por meio de sua culturalização, por meio de empresariamentos crescentemente naturalizados. Essa parece ser uma das faces de certo "lado B" da cultura do dinheiro, cuja implementação parece se completar com bastante eficácia. A cultura como negócio teria como contrapartida a cultura como empreendimento e investimento popular, que se dissemina entre os territórios periféricos e pelas "comunidades" das metrópoles brasileiras.

Buscamos assim apreender de outra perspectiva as relações entre cidade e precariedade, entre cidade e pobreza, bastante modificadas pelos últimos processos de reestruturação do mercado de trabalho, expansão do consumo e da renda (Leite, 2010; IPEA, 2010), e pelo conjunto de dispositivos presentes nas inúmeras formas de políticas sociais e culturais, bem como na reconfiguração das tessituras e tramas associativas vistas como redes de sociabilidades ou como significativo aumento do associativismo concebido como uma das saídas

<sup>3</sup> Os recentes acontecimentos no Complexo do Alemão e Vila Cruzeiro no Rio de Janeiro são a expressão mais evidente dessa militarização. Entretanto, cabe salientar o caso mais silencioso mas não menos importante da última gestão da cidade de São Paulo, que teve à frente a administração Gilberto Kassab. Nessa cidade, das 31 sub-prefeituras, 14 foram ocupadas por coronéis da Polícia Militar. O antigo prefeito ainda delegou funções de fiscalização urbana a policiais militares que recebem até um teto determinado de horas extras mensais diretamente da Prefeitura. Ver a esse respeito matéria publicada no jornal Folha de São Paulo, no dia 1 de novembro de 2010, intitulada Militar vira "faz tudo" na administração Kassab.

colocadas para a população pobre e periférica das metrópoles brasileiras.

Por um lado, pode-se constatar que essas relações se desdobraram em situações urbanas que podem ser consideradas como situações-limite: a situação do chamado circuito do lixo e suas centrais de reciclagem, núcleos de reciclagem, catadores, bem como o trabalho supostamente associado em cooperativas no extremo leste da cidade de São Paulo (Georges e Rizek, 2008) e, ainda, a situação de trabalho de bolivianos do setor têxtil, também na cidade de São Paulo (Rizek, Georges e Freire, 2010). Por outro lado, essas relações se caracterizam por um conjunto de visibilidades e invisibilidades, ambiguidades e dimensões nebulosas nas relações entre cidade e trabalho, cidade e condições de vida, entre as dimensões de reconfiguração de um social revestido de práticas identitárias e culturais, acusando um conjunto de transformações como, por exemplo, a que permite o reconhecimento de territórios produtivos em áreas consideradas como cidades-dormitório, bem como novas relações entre trabalho precário - apesar da confusão em torno dessa denominação - e territórios urbanos, assim como, o que se pode antever como um novo contorno da chamada questão social, crescentemente culturalizada. Esse mesmo contorno parece estar se desenhando por meio de um conjunto diversificado de programas que puseram em cena atores e práticas (fundações empresariais, ONGs, OSs, novas formas de empresariamento, vinculados às dimensões da responsabilidade social das empresas).

Esses processos deslancharam, em escala crescente, um novo acoplamento entre a questão social (condições precárias de vida e de trabalho, pobreza urbana, situações periféricas identificadas com moradias precárias que se fazem acompanhar de acesso nem sempre fácil aos serviços urbanos) e a proposição de políticas culturais financiadas em geral pelos mesmos atores empresariais e pelo Estado, mas que também coloniza e se espraia pelas associações que tiveram origem em movimentos sociais e suas reivindicações e/ou em demandas populares. Esse acoplamento parece alvo de um processo de naturalização – em especial de naturalização de seu caráter virtuoso. Tudo indica, então, que se desenha mais uma zona de indiferenciação, desta vez entre práticas e proposições culturais e gestão social. Trata-se assim da tangência entre a gestão do social e as proposições e os modos de gestão da produção cultural e artística, mais do que de uma discussão delimitada a um ou outro campo – isto é à questão da cidade configurada como questão social e/ou a questão das políticas culturais.

Esse texto se propõe, assim, a discutir situações de pobreza urbana devidamente transformadas em públicos-alvo de políticas sociais e culturais que apontam para um modo novo de configuração da questão e da gestão da vida e da vida urbana, na perspectiva da acomodação, do apaziguamento e da pacificação, na chave de uma elisão da possibilidade do conflito e de formação

de sujeitos capazes de ação política, o que despolitizaria crescentemente o horizonte e a vida na cidade, bem como as práticas culturais que ancoram a visão ideologizada dos protagosnismos crescentemente atribuídos e/ou produzidos como atributos naturalizados dessas populações.

### A propósito das zonas de indiferenciação e de sua descrição

A noção de zonas de indiferenciação e de sua complicada descrição se ancora em um conjunto de debates recentes sobre as questões da cidade, das "classes populares" ou de seus territórios, em que toda uma gama complexa de elementos tem resistido às formas fáceis de enunciação e análise, já que se caracterizam por um caráter nebuloso, fortemente distante dos referenciais clássicos pelos quais foram descritas e analisadas as experiências então vistas como experiências de classe que conformavam os territórios populares. É possível assim, recorrer às noções de porosidade e liminaridade, ou de zonas cinzentas, ou mesmo de indeterminação que perpassam autores, temas e tentativas de compreensão. A noção de indiferenciação aqui esboçada se refere a esse conjunto mais ou menos recente de transformações, em que a experiência do trabalho para além do trabalho fabril e da cidade, para além das referências dualizadas como centro e periferia, presença ou ausência do Estado, lugar de trabalho e lugar de moradia, se embaralharam. Assim também se confundem práticas culturais transformadas em políticas sociais de combate à pobreza e vice-versa. Interessa, sobretudo, destacar que essas novas experiências também marcam diferenças geracionais que por assim dizer, apontam para mudanças dos tempos sociais.

Nesse terreno de zonas cinzentas ou nebulosas, algumas redefinições parecem ganhar densidade. Uma delas é a que permite perceber que a experiência do trabalho e de sua precarização ou encolhimento formal, a experiência do que Oliveira chamaria de "trabalho sem forma" (Oliveira, 2003), ganha contornos na experiência da cidade talvez pela inserção em territórios, também eles, como diria Oliveira "faltos de forma", genéricos, indiferenciados, mas crescentemente marcados por fluxos de produção e circulação de riqueza, ainda que esses fluxos estejam, eles também, em zonas nebulosas e cinzentas, em zonas de indiferenciação<sup>4</sup>. Isso quer dizer que a noção de indiferenciação reconhece a forte persistência de desigualdades e de seu desenho na cidade, ainda que aponte para mutações e modulações resultantes dos processos contemporâneos que parecem borrar seus limites e

<sup>4</sup> A ideia é fartamente utilizada em Telles e Cabanes (2005); mas é possível rastrear algumas de suas inspirações em autores como Giorgio Agamben, no livro Estado de Exceção, por exemplo. A ideia de uma zona nebulosa ou cinzenta de indiferenciação entre regra e exceção, pode ser uma das inspirações dessa noção. Outra dimensão possível para a ideia de indiferenciação tal como aparece nesse texto é a noção de indeterminação, também utilizada de modo bastante livre no âmbito da discussão que ora se apresenta.

alterar suas conformações, reconfigurando a experiência social e individual bem como seus lugares.

Aqui também talvez seja preciso observar que algo dessas zonas cinzentas, indiferenciadas, aparece na ideia de cidade genérica (Koolhaas, 2007), à qual se poderiam acrescentar apenas modulações, ou mesmo das várias dimensões que apontam para processos de fragmentação e dualização urbanas, na chave de leitura que apontaria para o esgotamento da operação das velhas determinações que dariam ao espaço funções claramente definidas: o espaço da produção, o espaço da reprodução - entre os quais os espaços da moradia que conformavam territórios e territorialidades passíveis de serem claramente identificadas como bairros operários, por exemplo. De qualquer modo, sempre é possível perguntar como ler novos e velhos vínculos entre cidade, seus territórios, formas de segregação e estratificação, as formas de inserção quer produtivas quer, supostamente, por meio de práticas culturais; entre cidades e esse conjunto de transformações, torções, tensões que parecem articular de outro modo velhas binaridades em muitos dos campos de investigação social. Desse ponto de vista, também é sempre possível perguntar como se estruturam novas e velhas determinações, bem como flagrar esses processos que combinam de modo inusitado velhas e novas relações entre trabalho e moradia, entre propostas de inclusão social e cultural e outro conjunto de dimensões identificadas como associativas ou provenientes de um campo socioassistencial, apenas para citar alguns exemplos.

Pode-se denominar essas questões de novas tessituras ou tramas urbanas (Telles e Cabanes, 2006). Como pensar as relações complexas entre territórios urbanos e pobreza que ancoram crescentemente a indistinção entre práticas culturais e trabalho social, cada vez mais entrelaçados em programas sociais e culturais de combate "à exclusão", propondo novas formas de "inserção" e/ou "inclusão" social?

A ancoragem nas questões que estruturam as desigualdades urbanas, a partir de formas precárias de inserção produtiva, ainda que revestidas de índices crescentes de consumo e de renda, permite que se postulem, por um lado, os programas de geração de emprego e renda como eixo de um conjunto de políticas sociais. Por outro lado, permite também que as práticas e ações culturais se desenhem como alternativa ou como complemento de um processo de educação formal para e pelo trabalho, como "alternativa cultural e culturalizada" ao emprego, como "microentretenimentos" que organizam parte do cotidiano desses territórios, como mais uma porosidade e liminaridade entre ação social, inserção e inclusão e pura gestão e acomodação de uma pobreza investida por novos patamares de consumo e integração financeirizada, sem que as dimensões da desigualdade possam ser descortinadas ou vislumbradas.

O que se esconde e se revela nesses territórios que chamamos de "mundo da moradia" ou de bairros populares, para além de um conjunto de processos produtivos mais ou menos evidentes? Quais as formas e relações entre esses territórios – periferias, favelas permeadas por programas e associações – e os programas de políticas culturais que envolvem parcerias, associações, verbas públicas em novas tramas onde possivelmente as dimensões da elaboração e do consumo culturais substitui ou complementa formas de inserção produtiva? Como se combinam e se articulam em um mesmo território essas práticas e aquelas marcadas pelas mobilidades laterais entre legalidades e ilegalidades?

Talvez a dimensão mais importante desse texto diga respeito a uma invisibilidade que atravessa tanto territórios quanto relações de trabalho, apontando para uma elipse das formas clássicas que relacionavam o "mundo da moradia" e o "mundo do trabalho" e as várias práticas e programas culturais. Quais formas e relações podem ser identificadas a partir da pergunta sobre processos de estruturação de vidas, circuitos e territórios bem como suas representações, enunciações, formulações por meio da cultura?

#### Dimensões de um campo de investigação

#### Situação 1

"Vocês sabem que lá na Associação SD tem um monte de atividades. Precisa ir lá. Ah... você faz dança lá né? É muito bom, muito bom mesmo. Tem um monte de coisa lá. E você (dirigindo-se a outra jovem) vai fazer curso de manicure lá? 'É muito bom mesmo! Tem criança, jovem, dona de casa. Tem atividade e tem coisa pra todos."

Fala de uma agente do Programa de Saúde da Família sobre uma associação atuante no bairro, novembro de 2010, durante visita de cadastramento de uma família recém chegada a Cidade Tiradentes.

## Situação 2

"Levei a menina pra ter aula de Balé lá no CEU. Todos os meus filhos têm atividade lá. É muito importante. O único que não tem é o que tem problema de genética. Esse tem que fazer tratamento no Hospital das Clínicas e é muito difícil por causa da condução e das dificuldades."

Fala de um morador do bairro de Guaianases (mais ou menos há 30 km do centro de São Paulo) que trabalha com um núcleo de reciclagem.

#### Situação 3

"Pensei que o prefeito não viesse. Senti orgulho por fazer parte do projeto e por termos trazido ele aqui.' O coordenador da ONG G.K. confirma: o pessoal não achava que fossemos trazer o prefeito aqui. Nenhum prefeito nunca havia entrado no Morro e com o Programa conseguimos trazer o Serra para cá. Como isso é política, a comunidade aproveitou para pedir o eu acha falta'. (...) 'Uma das consequências de se implantar um programa do porte do Programa que envolve duas grandes regiões de São Paulo, um grande número de jovens e parcerias, é justamente essa mobilização da comunidade. E é a mobilização do povo que traz os holofotes para lugares que antes não chamavam tanta atenção assim do poder público'. Sem dúvida, para compreendermos o novo campo socioassistencial, fatos como o noticiado devem ganhar prioridade. O 'beco' foi 'revitalizado', razão da alegria dessa gente e justificativa para a presença do prefeito.

Compensados de madeira, devidamente coloridos e adornados com flores em vasos de garrafas pet foram confeccionados e distribuídos pelos jovens ao longo do caminho que leva o visitante para o 'beco'. Mal se vê o esgoto a céu aberto por trás da parede de compensados. (...) Nada de palavras de ordem, nem sequer os velhos recursos de constrangimento e pressão sobre o Prefeito que se transforma doravante em convidado da comunidade. Para alguns, astúcia dos oprimidos; para outros, signo de uma inegável metamorfose política. Comportamento que, nas palavras da tecnocracia do Banco Mundial, expressaria os ares democráticos pós-88. 'Do confronto á colaboração', eis o nome do suposto deslocamento político em direção à maturidade democrática da Nação." (Ota, 2010: 251).

#### Situação 4

O Instituto Pombas Urbanas lhe convida a participar do Programa "Empreendedores de Cidade Tiradentes e Região". O evento promovido pelo Sebrae SP, oferece palestras e cursos gratuitos de empreendodorismo na área cultural, objetivando o desenvolvimento e o aprimoramento das gestões do setor cultural do bairro. O evento vai acontecer no Centro Cultural Arte em Construção, sede do Instituto Pombas Urbanas. Cursos: investimento cultural e mercado cultural. (Sítio eletrônico do Instituto Pombas, consultado em 3 de janeiro de 2010).

### Situação 5

Segundo Tempo é um programa do Ministério do Esporte em parceria com ATRITO que tem como principal objetivo fazer a inclusão social de crianças e jovens em situação de risco, por meio de atividades esportivas, recreativas, reforço escolar e alimentar, atendimento pedagógico, médico e odontológico. O programa atende na entidade 6.500 crianças e jovens com idades entre 5 e 17 anos. No dia 25 de janeiro, a ATRITO firmou uma nova parceria com o Ministério do Esporte na qual ampliou o atendimento para 25.000 crianças e jovens. Com a nova parceria a ATRITO está implantando em outros bairros e municípios, núcleos do programa Segundo Tempo.

#### Projeto Guri - Polo ATRITO

Inaugurado no bairro Cidade Tiradentes em agosto de 2005, em parceria com a Associação Projeto Guri e a Secretaria de Estado da Cultura, o Projeto Guri – Pólo ATRITO desenvolve por meio da música habilidade e potencialidade de crianças e adolescentes de áreas culturalmente carentes, reconhecendo esta arte como agente de fortalecimento na construção da cidadania. O projeto atende na ATRITO crianças e adolescente com idades entre 8 e 18 anos. As vagas são gratuitas e isentas de seleção para o ensino musical de instrumentos de cordas, sopros, percussão convergindo para a formação de orquestra e formação de coral. A ATRITO está formando em seu polo um coral e uma orquestra composta por 350 crianças e jovens da comunidade. Projeto Guri foi criado pela Secretaria de Estado da Cultura em 1995. Possui atualmente 111 polos implantados em todo o estado de São Paulo que beneficia 23 mil crianças e adolescentes. (Sítio eletrônico da associação Projeto Guri, citado em Georges e Rizek, 2008).

As situações brevemente sumarizadas acima apontam para a importância e para as múltiplas situações em que se imbricam novos projetos culturais, com maior ou menor presença dos programas de financiamento estatal e suas parcerias no chamado novo campo sócio-assistencial. Alguns elementos começaram a se conformar de modo muito evidente em meio a muitas transformações em curso na periferia da Cidade de São Paulo. Uma delas traz a marca de ambiguidades que podem ser apuradas tanto no âmbito das práticas como no âmbito de discursos relativos à pobreza, às suas modulações e variações, conformadas de modo fragmentado em públicos-alvo, discriminadas por programas – os jovens, infância e adolescência, as mulheres, os idosos, etc<sup>5</sup>. Salta aos olhos um conjunto de iniciativas que constituem atores, práticas e discursos, provenientes ou não dessas camadas de população: associações

<sup>5</sup> Também é muito significativo que o discurso dessa divisão por públicos-alvo das atividades propostas esteja fortemente incorporado tanto nas políticas de combate à pobreza, quanto pelos programas desenvolvidos em parcerias com OSCIPs e ONGs quanto nas falas dos atores desses bairros e localidades. A conformação dessas modulações e dessa conformação dos segmentos da pobreza parece ter sofrido uma larga naturalização.

de origem popular, institutos empresariais, fundações, organizações sociais, organizações não governamentais, cooperativas e programas de incentivo ao empreendedorismo e ao empreendedorismo social ou cultural, etc. Entretanto, o que ganha relevo e densidade nesse conjunto de elementos, para além da terceirização da gestão e da questão social, é o acoplamento crescente entre programas sociais e programas culturais — orquestras, corais, formação de jovens, artes do espetáculo, grupos de *hip hop*, oficinas de todos os matizes e de todas as artes, além das iniciativas que imbricaram cultura e programas de geração de emprego e renda e dos já bastante disseminados programas de ensino de informática.

Mais do que isso, pode-se ainda verificar que um conjunto de dispositivos dessa natureza acaba constituindo um terreno movediço em que ora o cultural é utilizado como meio de constituição desses "protagonismos" que se espraiam pelo tecido urbano periférico e pelas favelas e "comunidades" vulneráveis, ora as práticas estimuladas e revestidas por dimensões crescentemente institucionalizadas são utilizadas como exemplo desse protagonismo da pobreza, formas de exercício cidadão, estímulos para a "autoestima" e, finalmente, meios de impedir a "entrada para a criminalidade, drogas". Afinal qual a natureza dessas iniciativas sociais e/ou culturais e quais são seus atores e suas práticas? Seria possível afirmar que está em curso um modelo homogeneizador de gestão sociocultural da pobreza, apoiado em práticas empresariais que se desdobraram em práticas culturais e socioassistenciais? Em quais desdobramentos ele implicaria, não apenas para as populações-alvo, mas para um conjunto de atores e práticas vinculadas à produção das artes e da cultura, bem como para um conjunto de trabalhadores sociais às voltas com a formulação, diagnóstico, projetos e avaliação dessas práticas?

Um conjunto de ambiguidades comparecem como marcas distintivas das práticas e discursos passíveis de serem encontrados pelos bairros mais pobres das periferias urbanas. São situações de indistinção, modulações da indeterminação entre desenhos e formatos que misturam associações, cooperativas, ONGs, dispositivos característicos do trabalho de assistência, todos marcados (ou que buscam se caracterizar a partir desses traços distintivos) por formas empresariais de gestão, por um lado, e por outro, marcados pela forte presença de elementos morais de justificação e legitimação (Becker, 2008). As ambiguidades, que parecem ser uma característica desse campo, são constitutivas desses novos modos de ação que redesenham a questão social e acabam por ratificar e produzir o pressuposto em que estão enredados: uma suposta ineficiência, burocratização e lentidão da ação estatal no combate à pobreza e à "exclusão social". São ainda dispositivos cujo caráter de controle e poder não podem ser percebidos e tampouco enunciados. Tudo muito bom e virtuoso, ocupando, entretendo, constituindo e forjando identidades revestidas pelo manto do empreendedorismo e da cultura como negócio e mercado.

Parte dessa ambiguidade pode ser verificada na porosidade entre as dimensões sociais e culturais. Como modo de valorizar as dimensões culturais, terreno em que as virtudes e o "protagonismo" dos públicos-alvo são aparentemente ratificados e confirmados, a cultura e o "trabalho artístico", devidamente investidos de um manto pedagógico, se transformaram em práticas frequentes e quase obrigatórias que perpassam as "comunidades" periféricas e vulneráveis. Sobram oficinas de todos os tipos, apoiadas sobre o trinômio constituído pelo diagnóstico, pelo projeto e pelas atividades de avaliação. É importante notar que alguns dos atores que essas práticas constituem são curiosamente as mesmas entidades de caráter e natureza empresarial que se encarregam de fazer funcionar serviços como hospitais e postos de saúde, supostamente de forma mais "ágil" e menos burocrática que os expedientes estatais.

Esses limites fluidos entre o terreno do social, pensado como inclusão/ inserção, e do cultural visto como campo do protagonismo das "comunidades", acabam por se desdobrar em uma nova forma de indistinção, que assimila a produção das artes e da cultura às dimensões sociais de combate à pobreza e à disciplinarização da vida, produzindo novos modos de administração, financiamento e controle tanto das populações-alvo de programas, modos de organização e formas de inclusão como da produção e reprodução das artes, transformadas em possibilidade de expressão, pacificação, estímulo e autoconfiança das populações em condições precárias de vida. Por outro lado, ONGs, OSs, associações de todos os tipos, grupos e coletivos de arte são, ao mesmo tempo, gestores e alvos dessa nova forma, que constituiu novas fronteiras e campos de atuação, modos de empresariamento e de engajamento, modulações de um mercado e de um uso do trabalho que acabaram por se conformar em verdadeiros laboratórios de flexibilidade e hiperflexibilização. Laboratórios estes nos quais se experimentam e se consagram formas como o trabalho voluntário, o trabalho associado em cooperativas, o trabalho terceirizado ou subcontratado e finalmente, em especial no campo das artes, o trabalho gratuito - traduzindo-se em agenciamentos e em dispositivos que dão contorno e visibilidade ao fenômeno que se pretende flagrar a partir dessas dimensões<sup>6</sup>. Também importa ressaltar que esse terreno socioassistencial conforma um conjunto de categorias e um vocabulário que acabou por se colar a esses objetos de nomeação. São o produto de um conjunto de objetivações, mensurações, deslizamentos que foram produzindo um vazio em torno dos sentidos e dos horizontes que se originaram pela abordagem crítica que ganhava substância pelo uso do léxico e da gramática da cidadania

<sup>6</sup> Essa ideia tem como origem a pesquisa de Lilinana Segnini (2010). A ela devo a menção à obra *Retrato do Artista enquanto trabalhador* de Pierre Michel Menger, Lisboa: Roma Editora, 2005. Esse autor constrói a ideia de que as artes e o trabalho artístico se constituem como laboratório de flexibilização. Estou aqui utilizando a ideia de dispositivo mais do que a de laboratório(Agambem, 2009). Sobre este tema ainda ver Rizek (2010). A respeito do trabalho das ONGs ver também Freitas (2009) e Carvalho (2007).

e da chamada "elaboração cidadã". Esse léxico, essa linguagem dos direitos deslizou fortemente, criando um vácuo entre seus sentidos e lutas, que chegaram mesmo a se consolidar em leis e direitos formais e a experiência concreta da vida precária. Da linguagem e nomeação dos direitos e da luta pela cidadania e seus sentidos, desliza-se para um modo de nomeação que perpassa as entidades e atores do "mercado do bem" - institutos, fundações, organizações não governamentais de múltiplas origens - bem como as instâncias que constituem o aparelho de Estado. Nomeação e categorização que encontram eco e suporte na elaboração do discurso acadêmico (Ivo, 2007). Proliferam no lugar dos direitos e de sua enunciação, os protagonismos e empreendedorismos sociais e culturais, filtrados pelas dimensões identificadas como investimento, como mercado, como associação entre as práticas artísticas e estéticas e processos com vínculos cada vez mais naturalizados à dinâmica dos fluxos e mecanismos do dinheiro, confirmando a transversalidade de um discurso a respeito da pobreza ou dos seus supostos protagonismos (Ota, 2010, Silva, 2009 e Souza, 2008).

Esses discursos e modos de nomeação se consolidam, pelo menos aparentemente, como uma forma de conhecimento e reconhecimento objetivado daquilo que se nomeia, desdobrando-se em fraseado, conceituações, dimensões teóricas que acabam por ganhar validação da literatura acadêmica, em especial no discurso e na linguagem das ciências sociais. Além disso, essa transversalidade que perpassa as organizações multilaterais, o terceiro setor, crescentemente o Estado e seus técnicos, o discurso acadêmico em seus desdobramentos, permite reconhecer autores, seus modos de espraiamento, conformando e assimilando um consenso que perpassa um conjunto múltiplo e diverso de instituições do Estado, bem como as "entidades parceiras" – tanto as que se ancoram em fundações do terceiro setor quanto as que tiveram origem em associações e lutas populares.

Também é bastante significativo que esses dispositivos impliquem em desenhos institucionais e relações bastante marcadas por vínculos de emprego e de trabalho precários, como de resto parte significativa das ONGs. Assimilados como pessoas jurídicas, aglutinando técnicas e competências bastante múltiplas e muitas vezes pueris (Ota, 2010), essas instituições e seus trabalhadores, eles também vistos como protagônicos e como colaboradores, cuja subsistência também passou a ser dependente da lógica, do funcionamento e do financiamento de projetos, mapeiam e contabilizam a pobreza segmentada em públicos-alvo, estendendo a eles seu controle e gestão, encobertos pelas metas de inclusão social, por meio de mecanismos que finalmente foram assimilados ao espectro do empresariamento e do seu vocabulário, práticas e discursos. Desse ponto de vista, é interessante verificar o modo como a assimilação de um leque de formas e de modos de inserção acaba por ganhar validade e legitimidade e como esse empresariamento da pobreza acaba por

criar um vazio entre a formalização dos direitos, de um lado, e sua ineficácia, por outro.

Nesse espectro de questões e dimensões cabe ainda assinalar dois elementos: de um lado, trata-se de coletivos de arte que atuam nas periferias e favelas em busca de inserção social por meio de atividades de produção e consumo cultural<sup>7</sup>, em geral enfatizando o chamado "protagonismo juvenil" e que se aproximam, por meio dessas práticas, das alas e/ou parcelas de jovens de partidos e sindicatos e de suas proposições. Por outro lado, em busca de contrapontos, pretende-se apreender um conjunto de outras práticas – neste caso de grupos de teatro ou de dança que, por sua anterioridade, por seu caráter paradigmático e pela importância de suas experiências, se envolveram na luta e na reivindicação pelas leis de fomento público e que, por meio delas, também ensejaram iniciativas e constituíram públicos, instituindo novas relações com a cidade, em particular a cidade de São Paulo, ainda que algumas das experiências mais significativas possam ser encontradas em favelas cariocas como a Maré<sup>8</sup>. Esse contraponto pode ser interessante, à medida que seja possível flagrar tanto as articulações e acoplamentos entre o social pensado como tecnologias de controle e de gestão, quanto outras conformações relativas à produção e consumo estéticos em seus desdobramentos vistos como democratização e inscrição na cidade ou mesmo como pesquisa estética, manutenção e elaboração de sua própria produção.

# Considerações finais

A esse respeito cabe mencionar a Cia de Dança Lia Rodrigues e sua experiência no Complexo da Maré. Trata-se da elaboração de espetáculos de dança contemporânea distantes das dimensões puramente assistenciais. Quando perguntada sobre a origem de seus bailarinos, na busca da identificação daqueles oriundos das favelas da Maré, a diretora retrucou: "Não vou responder porque não importa. O que importa é o espetáculo Pororoca". Trata-se então de delimitar um outro terreno de práticas culturais.

Alguns dados permitem que se vislumbre o crescimento do fenômeno do financiamento privado por meio de parcerias e editais. Dados do Ministério da cultura apontam para um crescimento do Fundo Nacional de Cultura que salta de16 milhões de reais em 1996 para 138 milhões de reais em 2006. Assim também os índices relativos aos recursos investidos via mecenato cresceram de R\$ 160 milhões de reais, em 1996 para R\$ 875 milhões de reais em 2006. Além disso, os incentivadores de projetos culturais por meio da Lei Rouanet passam de 43, em 1994 para 13.875 em 2008. Ganha destaque entre essas cifras a participação da Petrobrás cujos incentivos somam 16% do total de recursos investidos via mecenato em 1996 (R\$ 17.845.615,30) para 26% desse total em 2006 (R\$ 220.365.367,71). Em um contexto de políticas que reforçam a importância política do mercado, o Estado transfere recursos públicos para as grandes corporações e são elas que definem as diretrizes da relação entre arte, política e mercado. Esses mecanismos são em tudo semelhantes às isenções fiscais relativas ao trabalho social em torno do "combate à pobreza". Ver www.cultura.gov.br/apoio\_a\_projetos (consulta em setembro de 2009).

O terreno movediço que buscamos explorar neste texto - os vínculos entre gestão social e práticas culturais nos territórios precários na cidade de São Paulo - é constituído por relações entre instituições e modos de desenvolvimento do chamado trabalho social e práticas culturais, resultantes de parcerias entre organizações sociais, organizações não governamentais, Estado em suas várias instâncias e dimensões, na constituição de um campo socioassistencial que confere à pobreza novas nomeações, investindo-a de práticas e discursos bastante consensuais. Trata-se de uma pobreza adaptável, vista como objeto de acomodação e pacificação mas, sobretudo, uma pobreza que passa a ser alvo e objeto de empresariamento – tanto por sua inserção no mercado, como em sua face aparentemente livre das injunções desse mesmo mercado. Desse ponto de vista, pretendeu-se começar a problematizar práticas e instituições como expedientes e dispositivos que, pelo acoplamento entre as práticas culturais e sociais, operam nas áreas vulneráveis da cidade de São Paulo, em especial nas periferias da área leste, onde, inicialmente, esses fenômenos já foram flagrados.

Uma última observação pode ainda merecer destaque. Trata-se da viva coexistência entre programas culturais e sociais e a presença de práticas e atividades marcadas pela ilegalidade. Onde quer que se verifique a presença significativa das atividades culturais e artísticas como forma de inclusão social, o que se observa é antes uma justaposição entre os mercados ilegais e as formas de violência mais significativas a eles vinculadas do que uma substituição dessas práticas pelas práticas artísticas e culturais. O gerente de uma associação de Cidade Tiradentes, interrogado sobre essa justaposição afirmou: "Afinal os traficantes também querem o melhor para os seus filhos". Também não são incomuns os relatos de intermediação entre os patrões do tráfico, os negócios de bicas e biqueiras e as atividades do campo socioassistencial. Desse ponto de vista, talvez caiba o que Vera Telles (2009) descreveu como uma sociabilidade que se desenvolve nas dobras do legal e do ilegal, que constituem origamis em que se embaralham direito e avesso, lei e transgressão, controle e, ainda que de difícil apreensão, formas de resistência.

# Referências bibliográficas

ABRAMO, Helena. Cenas Juvenis. São Paulo: Página Aberta, 1994. AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, 2002. \_ O Estado de Exceção. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. \_\_\_\_\_ O que é o contemporâneo. Porto Alegre: Argos, 2009. BECKER, Howard. Outsiders. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2008. BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. CABANES, Robert; GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele; TELLES, Vera Saídas de Emergência: Ganhar/Perder a Vida na Periferia de São Paulo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. CABANES, Robert; GEORGES, Isabel. São Paulo: la ville d'en bas. Paris: L'Harmattan, 2009. CARVALHO, Caio Santo Amore. Da lupa ao telescópio. Dissertação de mestrado, FAU-USP, 2007. CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. Petrópolis: Vozes, 1999. FOUCAULT, Michel. Em Defesa da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2006. \_ La Naissance de la Biopolitique. Paris: Gallimard/Seuil, 2004. FREITAS, Sara. Nos labirintos da participação: um estudo de caso de uma ONG do campo democrático participativo. Dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2007.

GEORGES, Isabel.; RIZEK, Cibele. *A periferia dos direitos.* Texto apresentado ao Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu, 2008.

IPEA. Documento n. 58 – Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil. Brasília, julho de 2010.

IVO, Anete. L. Viver por um fio: Pobreza e política social. São Paulo/Salvador: Annablume/CRH UFBA, 2007.

JAMESON, Frederic A Cultura do Dinheiro – ensaios sobre a globalização. Petrópolis: Editora

Vozes, 2001.

KOWARICK, Lúcio. Viver em Risco. São Paulo: Editora 34, 2009.

LEITE, Márcia. O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces de um mesmo processo. ABET/ Universidade Federal de Campina Grande e Fundação Joaquim Nabuco, mimeo, 2010.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica da Razão Dualista — O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

\_\_\_\_\_e RIZEK, Cibele. A Era da Indeterminação. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

\_\_\_\_\_; BRAGA, Ruy. e RIZEK, Cibele. *Hegemonia às Avessas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

OTA, Nilton. O poder como linguagem e vida: formalismo e irrealidade social. Tese de doutoramento, FFLCH-USP, 2010.

RIZEK, Cibele. O Artista: trabalhador e cidadão, in *Rumos da Dança*. São Paulo: Itaú Cultural, 2010.

\_\_\_\_\_; GEORGES, Isabel; FREIRE, Carlos. Trabalho e Imigração: uma comparação Brasil/Argentina. *Revista Lua Nova*, n. 79, 2010.

SEGNINI, Liliana. Relatórios de pesquisa e resultados apresentados no Itaú Rumos da Dança. São Paulo, mimeo, 2010.

SENNET, Richard. A Cultura do Novo Capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, Tatiana. Governança mundial e pobreza – do consenso de Washington ao consenso de oportunidades. Tese de doutoramento, FFLCH-USP, 2009.

SOUZA, Regina. O Protagonismo Juvenil. São Paulo: Paulus, 2008.

TELLES, Vera; CABANES, Robert. Nas Tramas da Cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006.

\_\_\_\_\_ Mutações do trabalho e experiência urbana in *Tempo Social*, julho de 2006.

\_\_\_\_\_ Nas dobras do legal e ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade in *Dilemas, Revista de Estudos de Conflito e Controle Social,* Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana, IFCS-UFRJ.

# Pensando alto sobre Direitos Humanos: algumas possibilidades críticas

Melisanda Trentin<sup>1</sup>



Débora - Belém/PA

Mais do que afirmar certezas, a intenção deste artigo é propor caminhos para reflexões e análises críticas no campo dos Direitos Humanos, tomando como base a complexidade fundante deste campo. Pensar os Direitos Humanos de forma crítica e complexa parte da compreensão da sociedade contemporânea em constante mutação, flexível e instável. Nesse contexto, é necessário refletir sobre a a compreensão do que sejam os Direitos Humanos e a mobilização para a sua efetivação (Beck, 2008; Sennett, 2009). O objetivo da reflexão aqui proposta não é encarar a essência paradoxal – não aceitá-los como algo lógico e imutável – dos Direitos Humanos, que se revela permanentemente na impossibilidade de perceber a extensão dos mesmos enquanto concretização, sendo percebidos apenas como objeto de reivindicação (Neuenschwander, 2010).

A autora Lynn Hunt traz interessantes aportes históricos sobre a construção da noção de universalidade dos Direitos Humanos. Inicia a sua reflexão questionando o processo de afirmação dos Direitos Humanos como direitos universais em uma época em que imperava o regime de escravidão, assim como a necessidade reiterada de afirmar a sua pretensa autoevidência (Hunt, 2007). A afirmação de autoevidência é crucial para a história dos Direitos Humanos. Porém, os Direitos Humanos, afirmados como universais, naturais, iguais para todos, só ganham sentido quando são considerados dentro de seu conteúdo político. São Direitos Humanos em sociedade.

O que significa afirmar, na atualidade, a característica de universalidade dos Direitos Humanos, em um mundo permeado e marcado por um número imensurável de diferenças? Como seria possível pensar em um núcleo fixo de Direitos Humanos que fossem efetivamente adequados para a compreensão

<sup>1</sup> Melisanda Trentin é advogada, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e assessora da Justiça Global.

das diversas realidades culturais e sociais? O que é, de fato, a humanidade que consideramos o fundamento dos Direitos Humanos? Com definições diversas, com abordagens diferenciadas, com legislações específicas, os Direitos Humanos estão presentes como linguagem aceita e disseminada de representação de justiça e respeito ao ser humano. Mas, no fim das contas, do que estamos falando quando acionamos os Direitos Humanos? A mais fértil possibilidade de compreendê-los parece ser, cada vez mais, assumir a complexidade de sua compreensão, superar noções prontas, definições estáticas, dualidades empobrecidas e assumir o caráter essencialmente paradoxal dos Direitos Humanos.

O paradoxal, o aporético, o contraditório não são distrações periféricas esperando para serem resolvidas pelo teórico. O paradoxo é o princípio organizador dos direitos humanos (Douzinas, 2009).

A importância da afirmação (sensível e legal) dos Direitos Humanos é imensurável. Assumir suas ambiguidades, rupturas, desafios, a complexidade de pensá-los é um esforço ainda minoritário e tímido.

Mas os direitos humanos representam também um poderoso imaginário popular aberto a identidades diversas, a tradições heterogêneas e reprimidas. Os direitos humanos como um princípio de político popular expressam a indeterminação e a abertura da sociedade e da política. Eles minam a tentativa de policiar algumas identidades sociais e sancionam outras, e sua indeterminação significa que as fronteiras da sociedade são sempre contestadas e jamais coincidem totalmente com quaisquer cristalizações que o poder e as prerrogativas legais impõem. Os direitos humanos encerram não apenas um princípio de unidade e homogeneidade, mas também seu oposto, o primeiro simbolizado pela forma jurídica e o último pelas lutas das pessoas sob a mal definida bandeira da humanidade. (Douzinas, 2009: 379).

Muito mais do que compreender e definir os Direitos Humanos, nosso desafio é permanentemente discuti-los, debatê-los, desconstruí-los e reconstruí-los. A maior efetividade e o grande ganho para o campo de conflitos estabelecido pela defesa dos Direitos Humanos é o espaço aberto para a permanente participação, contestação, luta, mobilização e mudança social. Muito mais do que concebê-los como direitos afirmados em Constituições e Tratados Internacionais. Muito mais do que uma resposta

pronta a situações de desrespeito, violações e exclusões. Muito mais do que uma disputa entre universalismo e relativismo, entre proteção internacional e soberanias nacionais. Muito mais do que um mero instrumento de barganha política. Apostamos que esse possa ser um caminho para que o século no qual vivemos, diferentemente do século que passou, não seja também marcado por um avanço incontestável da suposta, quase fictícia e ilusória, afirmação dos Direitos Humanos acompanhado de amplas e inaceitáveis formas de violações dos mesmos.

Ainda hoje permanece arraigada uma maneira de conceituar, interpretar e estudar os Direitos Humanos como algo que diz respeito ao homem por sua natureza específica e supostamente universal ou a partir de uma construção histórica, baseada no estudo de lutas e momentos considerados centrais e na afirmação das diversas gerações de direitos. É importante, no entanto, perceber e considerar a complexidade das relações sociais que permeiam o mundo contemporâneo (Beck, 2008) para que qualquer análise, independentemente do campo no qual se insere, possa também ser permeada por tal complexidade. Nesse sentido, os Direitos Humanos, pela centralidade e importância adquiridas ao longo das últimas décadas, devem ser lidos através de um olhar crítico e problematizador.

Devemos superar a compreensão dos Direitos Humanos como algo desligado da esfera social na qual estão inseridos, percebendo-os permeados por suas especificidades históricas e culturais. É inegável seu papel como força mobilizadora de mudanças: surgem como um espaço e uma linguagem propícia para a tradução do conflito e da necessidade de mudança. A importância do debate se dá exatamente nesse ponto. A reflexão crítica sobre os Direitos Humanos e o reconhecimento de suas limitações não pretende destituí-los de sua importância, mas pensar suas possibilidades a partir de suas ambiguidades.

Em primeiro lugar, não é teoricamente possível e nem politicamente conveniente buscar uma definição teórica convencional para os Direitos Humanos, no sentido da construção de uma teoria jurídica em sentido estrito. Os Direitos Humanos compreendem um "nome", disposições legais, instrumentos jurídico-processuais, recursos políticos e de discurso; constituem e perpassam instituições estatais e da sociedade civil, insuflam atitudes, valores e relações sociais. Ou seja, fazem parte de uma complexa construção intelectual e política, cuja dimensão histórica nos mostra que se trata de um processo extremamente conflituoso e, em grande medida interminável. Face a ele, definições e teorias têm parecido sempre afirmações unilaterais e incompletas, de uso parcial e estratégico. Assim, como ressalta Boaventura, a construção dos Direitos Humanos está inserida no

processo mesmo de diálogo e luta política, sem que possamos ou devamos esperar construções unitárias ao final (Koerner, 2002, p. 108).

# Afirmações históricas: qual humano?

Uma análise da perspectiva histórica dos Direitos Humanos revela que tanto o conceito de 'direito' quanto de 'humano' são constructos sociais e políticos e que sua definição delimita os contornos de quem é "digno" de possuir quais direitos. Essa reflexão pode levar à percepção de que o que consideramos como direitos universais e indivisíveis são muitas vezes afirmações de direitos para uns — os considerados, em determinado momento, como dignos de serem portadores de direito, ou seja, "humanos" — e a negação reiterada para outros. A possibilidade de se refletir sobre o processo histórico que determina, com base em práticas sociais, as dinâmicas de afirmação dos Direitos Humanos e dos sujeitos desses direitos abre caminho para agirmos a partir dos paradoxos que constituem os Direitos Humanos.

A constatação dos limites dos Direitos Humanos poderia constituir-se como caminho para superação de alguns desses mesmos limites. É neste sentido que afirmamos que a revelação dos Direitos Humanos está em sua violação. A afirmação histórica de Direitos Humanos é muito mais do que a conquista de certos direitos em determinada época e realidade social; supõe o reconhecimento de direitos dentro de determinada dinâmica social e, sobretudo, a afirmação dos portadores desses direitos consagrados como universais.

Nesse sentido, é importante refletir e problematizar a historicidade dos Direitos Humanos: sua concepção contemporânea funda-se na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) e foi reiterada na Declaração de Direitos Humanos de Viena (1993). Os Direitos Humanos constituir-seiam como paradigma referencial ético orientador da ordem internacional contemporânea. O valor da dignidade humana deveria, portanto, orientar o constitucionalismo local, regional e global.

E preciso ter um olhar crítico constante. Como afirma Boaventura de Sousa Santos:

A modernidade ocidental foi na sua origem, simultaneamente um processo europeu, dotado de mecanismos poderosos como a liberdade, igualdade, secularização, inovação científica, direito internacional e progresso, e um processo extra-europeu, dotado de mecanismos não menos poderosos como o colonialismo, racismo, genocídio, escravatura, destruição cultural, impunidade,

não-ética da guerra. Um não existiria sem o outro. Por terem sido concedidas aos descendentes dos colonos europeus e não aos povos originários ou aos para aqui trazidos pela escravatura (com exceção do Haiti), as independências latino americanas legitimaram o novo poder por via dos mecanismos do processo europeu para poderem continuar a exercê-lo por via dos mecanismos do processo extra-europeu. Assim se naturalizou um sistema de poder que, sem contradição aparente, afirma a liberdade e a igualdade e pratica a opressão e a desigualdade. Um sistema até hoje em vigor, ou seja, até à entrada no período póscolonial. (Santos, 2009).

# Instrumentos normativos de Direitos Humanos: a construção internacional e o contexto brasileiro

A construção do discurso dos direitos humanos ou fundamentais é resultado dos processos históricos de incorporação constitucional de direitos e de internacionalização desses direitos que se deram, respectivamente, ao longo dos séculos XIX e XX nas sociedades europeia e norte-americana.

Com relação ao Brasil, o processo formal de incorporação de direitos ao ordenamento jurídico não foi muito diferente. A diferença está justamente na realidade social destes países. Todos os textos constitucionais brasileiros, desde a Constituição Imperial de 1824, período durante o qual as relações socioeconômicas repousavam sobre o trabalho de escravos, apresentam uma declaração formal de direitos. O mesmo ocorreu com os textos constitucionais seguintes, apesar de se terem sido criados em diferentes períodos históricos que incluem a polêmica Era Vargas – em que os direitos sociais são instituídos e implementados, como o direito de voto das mulheres –, e os obscuros anos de ditadura civil-militar, quando os direitos civis e políticos foram suspensos e garantias constitucionais revogadas por sucessivos atos institucionais.

Entretanto, a consolidação do discurso dos Direitos Humanos no Brasil e nos outros países da América Latina ocorreu a partir da luta popular de resistência aos regimes de exceção e autoritarismo civil-militares impostos pelos setores conservadores e baseados na doutrina da segurança nacional. Na luta contra os regimes autoritários, os direitos civis e políticos – direito à vida, à integridade pessoal, à liberdade de expressão, ao acesso à justiça, à inviolabilidade de domicílio, etc – ganharam forte expressão articulados ao questionamento da legitimidade do poder autoritário que governava. A organização da sociedade civil na forma de centros de defesa de direitos humanos, comitês de anistia, comissões de justiça e paz, assim como a Ordem dos Advogados do Brasil, constituiu uma nova prática política na luta contra o

regime militar. De outro lado, tendo em vista a história e o contexto social e econômico brasileiro, não era possível falar em direitos humanos e excluir do discurso e da luta política os direitos econômicos, sociais e culturais — direito à moradia, à educação, à assistência social, ao trabalho, à saúde, entre outros. As demandas do movimento feminista e do movimento negro ou pela igualdade racial também irromperam a cena política.

A Constituição Federal de 1988, além de estabelecer o regime democrático de governo é um marco institucional de reconhecimento de direitos fundamentais civis, políticos, econômicos, sociais e culturais e da relação entre o ordenamento jurídico brasileiro e os instrumentos e mecanismos internacionais de proteção dos direitos humanos que, a partir de então, têm sido constantemente incorporados pelo Estado brasileiro.

Os principais instrumentos normativos e mecanismos de defesa e promoção de direitos humanos existem e atuam, portanto, no âmbito internacional, nacional e local. Esses instrumentos têm forma e conteúdo de documentos políticos-declaratórios, como as declarações históricas de direitos jurídicos, como as convenções, a Constituição, as leis federais e estaduais; e de direitos políticos, com as políticas públicas desenvolvidas para o cumprimento de direitos.

Assim, no plano internacional, temos declarações, convenções e mecanismos institucionais que compõem o sistema universal de proteção dos direitos humanos das Nações Unidas (ONU) e o sistema interamericano de direitos humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). As práticas e princípios consolidados pelos Estados e a interpretação e decisões dos órgãos internacionais também constituem parte integrante dos sistemas internacionais de proteção.

A partir das declarações de direitos (Declaração Universal de Direitos Humanos e Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, ambas de 1948) foram formuladas e adotadas diferentes convenções e instituídos órgãos de proteção e monitoramento desses direitos pelos Estados nos âmbitos da ONU e da OEA.

Ambos os sistemas internacionais possuem uma estrutura de funcionamento de relatorias, em que os relatores especiais têm mandato para fazer visitas aos países e elaborar relatórios sobre a situação de violação de direitos. Por exemplo, a relatora para o direito à moradia, Raquel Rolnik, fez uma visita ao Rio de Janeiro para relatar as violações do direito à moradia que vêm ocorrendo com as remoções arbitrárias das classes populares de muitas localidades para a realização de obras da Copa do Mundo e as Olimpíadas.

No plano nacional, temos a Constituição de 1988 e diversas leis federais e políticas públicas em matérias específicas, além de leis e políticas públicas estaduais. O texto constitucional brasileiro também prevê, nos artigos 5° e 6°, os direitos fundamentais tanto civis e políticos como econômicos, sociais e

culturais. Temas específicos como segurança pública, política urbana e habitação, direitos da criança, adolescente, jovem e idoso, sistema de atendimento à saúde, promoção da igualdade racial, acesso à educação e direitos de pessoas com necessidades especiais têm previsões constitucionais e leis (federais e estaduais) ou decretos federais que estabelecem e regulamentam as políticas públicas para seu desenvolvimento e proteção. Como exemplos de legislação decorrente de direitos garantidos na Constituição temos o Estatuto da Cidade e políticas como o Programa Minha Casa Minha Vida, o PAC Social, o Bolsa Família, o Programa Nacional de Direitos Humanos.

Como podemos perceber, Direitos Humanos englobam as mais variadas temáticas. Quase todas as matérias que envolvem a partilha e o acesso a bens públicos, a organização do Estado e a participação dos cidadãos e os mecanismos de justiça que operam quando o acesso a políticas públicas e a atuação dos poderes públicos são indevidas, podem ser traduzidas para a linguagem dos Direitos Humanos.

#### Um pouco sobre a conjuntura brasileira

Ao pautarmos as diversas temáticas a partir de uma perspectiva de direitos e lançarmos um olhar sobre a conjuntura brasileira hoje, percebemos que o atual governo implementa uma política econômica apoiada na contenção do gasto social público e na descontinuidade de projetos e programas públicos e universalizantes. Neste rol, investimentos decisivos em programas de redistribuição de renda foram contidos ao passo que os programas de consumo foram fortalecidos, o que traz impactos para o conjunto das políticas públicas e para a efetivação dos Direitos Humanos no Brasil.

Como "não há política de direitos humanos sem conflitos, dificuldades, diálogo, processos e retrocessos" (Pinheiro, 2010: 9), cada vez mais se faz necessário entender o conteúdo ético e político dos Direitos Humanos como um roteiro emancipatório de luta. Ao pretendermos universalizar direitos em um contexto de desigualdades, conforme preceitua o Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3), devemos lembrar que estamos falando de um país que ainda guarda resquícios da ditadura militar e que opera em condições precárias de trabalho onde ainda, por exemplo, encontramos trabalho escravo. Um país no qual não está garantido o acesso ao registro civil de nascimento e à alimentação adequada a todos os cidadãos. Um país que não garante cidadania plena às mulheres e no qual jovens negros são mortos todos os dias pela polícia.

O atual modelo desenvolvimentista brasileiro tem atingido diretamente as populações historicamente vulnerabilizadas. Nos últimos anos, a retomada acelerada do crescimento através de políticas e programas públicos de indução econômica, produziu efeitos avassaladores no campo e nas cidades. Dessa forma, aguçou-se um conjunto de tensões, conflitos e violências nos territórios onde este dito desenvolvimento se materializa. O crescimento econômico recrudesceu graves problemas brasileiros, não obstante, não serem novos.

Este modelo de desenvolvimento não se implementa sem que violações diversas aos direitos humanos sejam cometidas e, embora tais violações não sejam provocadas unicamente pelo modelo econômico, estão a ele articuladas. Um dos grandes epicentros destas transformações econômicas e territoriais, geradores de violações, são as grandes obras públicas. Seja no campo ou nas cidades, populações pobres e vulnerabilizadas são diretamente atingidas por "obras de desenvolvimento" e vivenciam violações cotidianas. Sejam os moradores de favelas do Complexo do Alemão e de Manguinhos no Rio de Janeiro atingidos pelas obras do PAC ou do morro da Providência, na região portuária, atingidos pelo Projeto Porto Maravilha, sejam os pescadores artesanais em conflito com a empresa TKCSA no Rio de Janeiro ou na Baía da Guanabara, onde se instalam as obras da Petrobras e do Comperj, algo lhes é comum: não há garantia do acesso à terra, ao território, à moradia, à cultura para as populações; não há gestão participativa e democrática das políticas públicas implementadas; não há equidade nos licenciamentos ambientais e nos processos de aprovação de intervenções urbanas

Recentemente, com a implementação e fortalecimento de diversas políticas públicas no campo da segurança, como as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro, é necessário refletir e problematizar os caminhos de ampliação do estado penal e do poder punitivo, as diversas formas de aprisionamento, inclusive o controle a céu aberto, e as maneiras de distribuição dos fluxos de policiamento. O discurso disseminado, aplaudido e aceito da "pacificação" não tem demonstrado efetividade e já começa a revelar problemas de várias ordens. Além de violentas e repressivas, tais políticas estão produzindo uma economia territorial cara, autoritária e de alta especulação imobiliária e mercantil. Tornou-se mais caro morar, trabalhar, acessar outros direitos sociais e mesmo civis nos territórios "pacificados" e nas suas adjacências.

Essa questão também atravessa e está atravessada pelo atual modelo de produção. O período atual pode ser entendido como a passagem de um quadro de guerra para um quadro de autoritarismo, de ocupação, de confronto militar (a exemplo da ocupação militar no Complexo do Alemão), como uma guerra de baixa intensidade, que esvazia os mecanismos de participação política tais como os fóruns, centros comunitários e associações de moradores, para dar lugar a comitês internos das políticas/programas sociais que se propõem participativos. A expectativa com relação a essas políticas é que elas continuem a operar por meio de remoções e desapropriações.

Neste percurso aqui proposto de compreensão dos Direitos Humanos, uma das linhas de força da análise desenvolvida é a interação democrática entre Estado e sociedade civil, como instrumento de fortalecimento dos espaços políticos que garantam formas democráticas de participação popular e o controle social das políticas públicas. Desta perspectiva, o debate e a promoção dos Direitos Humanos, de forma universal, indivisível e interdependente, como princípios orientadores das políticas públicas e das relações internacionais, ganha relevância para o conjunto da sociedade ao qual se refere. Somente assim, acreditamos, se pode fortalecer uma cultura de direitos nos territórios.

# Referências Bibliográficas

BECK, Ulrich. World risk society. Malden: Polity Press, 2008.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa nacional de Direitos Humanos (PnDH-3)*. Brasília: SDH/Pr, 2010.

DORNELLES, João Ricardo W. O que são direitos humanos?. São Paulo: Brasiliense, 1993.

DOUZINAS, Costas. O Fim dos direitos humanos. traduzido por Luzia Araujo. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

HUNT, Lynn. Inventing Human Rights: A History. Nova York: W.W. Norton & Company, 2007.

KOERNER, Andrei. Ordem política e sujeito de direito no debate sobre direitos humanos. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 57, 2002 .

NEUENSCHWANDER MAGALHÃES, Juliana . O Acoplamento Sistêmico: O Problema da Interpretação Jurídica. *Revista De Jure*, Belo Horizonte, v. 14, p. 491, 2010.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. A Consolidação da Política de Direitos Humanos: dezesseis anos de continuidade. *Revista Direitos Humanos*, 7ª edição, dezembro de 2010.

BRASIL. Secretaria Nacional de Direitos Humanos. *Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos*. Brasília: SDH/PR, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. *As dores do pós-neoliberaismo*. In Combate ao Racismo, outubro de 2009. Disponível em http://unecombateaoracismo.blogspot.com/2009/10/as-dores-do-pos-neoliberalismo.html

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2009.

# Pessoas com deficiência, acessibilidade e direito à cidade

Islândia Costa, Heron Cordeiro, Damien Hazard<sup>1</sup>



não são realidade, ainda.

Marcelo Casal Jr./ABr - Brasília/DF

Imaginem uma cidade onde os espaços públicos sejam de fato abertos para todos e quaisquer cidadãos! Todas e todos poderiam livremente circular, tendo acesso à escola, vias e praças, transportes, hospitais e postos de saúde, serviços públicos, bares e restaurantes, hotéis e motéis, igrejas e terreiros, bancos, agências de correio, cinemas, teatros, parques, praias e outros espaços. Ao voltarmos para a realidade das cidades brasileiras, verificamos que a situação é outra. O nosso cotidiano é repleto de barreiras atitudinais, provenientes de preconceitos sociais, raciais, geracionais, de classe e de gênero que excluem os negros, índios, mulheres, crianças, adolescentes e jovens, idosos, homossexuais, travestis, sem-teto, sem-terra...

Além dessas atitudes preconceituosas, ainda existem as barreiras físicas e ambientais. Quem conhece situações como as de uma pessoa com deficiência em cadeira de rodas circulando nas ruas da cidade, de um surdo buscando informações ou mesmo de um analfabeto em meio a letreiros que nada significam para ele, sabe do que estamos falando. Também sabem dessa realidade aqueles que têm experiências similares às de uma pessoa idosa ou obesa subindo diariamente no ônibus, e até mesmo nas exaustivas horas aguardando o transporte público para ir à escola, ao médico, ao cinema.

As barreiras físicas, de comunicação, de transporte e atitudinais nem sempre são fruto de preconceitos conscientes, mas de total esquecimento e desconhecimento sobre as pessoas e seus respectivos direitos. As políticas, programas e projetos para as populações dos bairros e das cidades não costumam incluí-las e, quando o fazem, via de regra, para estas são destinados espaços isolados e que não atendem às normas de acessibilidade. Pela falta de acessibilidade nas cidades e na sociedade, as pessoas com deficiência veem negado seu acesso a outros direitos: estudar, trabalhar, cuidar-se, divertir-se.

<sup>1</sup> Membros da Coordenação política e do Programa de Acessibilidade da Vida Brasil, unidade de Salvador.

Um olhar sobre o passado: evolução dos conceitos, preconceitos e políticas voltadas para as pessoas com deficiência

A situação de discriminação enfrentada pelas pessoas com deficiência é o resultado de um longo processo histórico de marginalização e de construção de estereótipos e preconceitos que permanecem até hoje no imaginário coletivo.

Em Esparta, na Grécia antiga, as pessoas com deficiência eram abandonadas. O motivo: eram consideradas inúteis. Foi preciso esperar séculos de rejeição e abandono, para que as pessoas com deficiência pudessem ser consideradas nas políticas de desenvolvimento. A partir do século XIX, com o fortalecimento do espírito religioso de compaixão e piedade na sociedade, as pessoas com deficiência passaram a ser consideradas como dignas de pena e totalmente dependentes das outras para viver. Surgiram, então, ações de assistência em relação a elas. Inicialmente internadas em instituições caritativas, somente alimentadas e abrigadas, passaram a receber atendimento especializado nesses centros, em termos de saúde, reabilitação, educação, trabalho.

A segregação institucional foi mantida e levou a uma fase dita de *integração* das pessoas com deficiência na sociedade. Com esse modelo, que foi dominante no século XX e perdura até os dias atuais, esse grupo da população permaneceu mantido em centros e espaços de atendimento e de vivência isolados do resto da sociedade: as pessoas com deficiência existem, mas pouco aparecem na vida social e nos espaços públicos das cidades, continuando invisíveis.

O modelo da integração visa à qualificação ou habilitação da pessoa com deficiência para que possa se integrar na sociedade. Ele parte de uma abordagem clínica e do *modelo médico da deficiência*, no qual a discriminação ou desvantagem social é entendida como resultado da incapacidade funcional da pessoa a desempenhar determinadas ações. Desta maneira, tal desvantagem social seria causada unicamente por um "problema" do campo da saúde: a deficiência. Nesse modelo conceitual, a pessoa com deficiência acaba sendo responsabilizada pela discriminação social enfrentada. E é essencialmente agindo sobre a pessoa e sua deficiência que se busca integrá-la à sociedade.

Na segunda metade do século XX, e principalmente a partir de 1980, período em que anunciou a década mundial das pessoas com deficiência, houve uma maior organização por parte desse grupo da população que, de início, pretendia assumir o controle de suas vidas e buscar alternativas às instituições assistencialistas. Vida independente, acessibilidade, autonomia e empoderamento das pessoas com deficiência tornaram-se bandeiras de luta. O surgimento do movimento, em âmbito nacional e internacional, propiciou o início da superação do modelo médico da deficiência e a emergência do

modelo social, que considera que as barreiras físicas e socioeconômicas criam obstáculos para a participação social e o exercício da cidadania (Sassaki, 2003): na realidade, a pessoa não é "deficiente", mas possui características humanas próprias e é parte da diversidade humana. A pessoa encontra-se "em situação de deficiência" no desenvolvimento dos seus hábitos de vida, em função da interação de fatores pessoais (dentre os quais a deficiência) e de fatores ambientais. Esses últimos, que geralmente aparecem como barreiras, obstáculos, todavia podem ser transformados em facilitadores (Fougeyrollas, 1998).

O modelo social está relacionado a nova fase de políticas, denominada "de inclusão". Enquanto na fase chamada "de integração" é apenas a pessoa com deficiência quem deve se adaptar para integrar a sociedade, na fase da inclusão tem-se como objetivo qualificar a sociedade para que esta possa incluir a todas e todos. Sociedade inclusiva é aquela que se adapta e se transforma para que as necessidades e diferenças de cada um(a) sejam respeitadas e consideradas, permitindo a igualdade de oportunidades. É principalmente a sociedade que deve evitar a exclusão. A sociedade inclusiva é aquela capaz de contemplar toda diversidade humana e de encontrar meios para que qualquer um, privilegiado ou vulnerável, possa ter acesso à sociedade, se preparar para assumir papéis e contribuir ao bem comum.

A sociedade inclusiva é a sociedade para todas e todos. O conceito apareceu pela primeira vez nos textos internacionais no ano de 1990, durante uma Assembleia Geral da ONU. Através da Resolução 45/91, a ONU chamava atenção da comunidade internacional sobre a situação de grupos vulneráveis nos países em desenvolvimento, incluindo pessoas com deficiência. Era também a primeira vez que se relacionava a condição de deficiência à condição de pobreza.

O movimento das pessoas com deficiência soube plantar sementes e conquistar, ao longo dos últimos trinta anos, importantes avanços no Brasil e no mundo: a temática da deficiência tornou-se visível na mídia e na sociedade, foi incorporada na legislação e levou os poderes públicos a criação de órgãos específicos e a implementação de políticas e serviços de atenção às pessoas com deficiência.

A mais emblemática e recente das conquistas foi a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil em 2008, e fruto de uma intensa participação da sociedade civil planetária. "Nada sobre nós sem nós!": o lema que acompanhou todo o processo de construção da Convenção, hoje reivindicado pelos movimentos de pessoas com deficiência pelo mundo, tenta romper com a prática corrente de fomentar políticas sem a participação dos principais interessados, que são as próprias pessoas com deficiência. É reivindicada uma nova ordem: políticas para pessoas com deficiência construídas com as pessoas com deficiência!

# Quem são hoje as pessoas com deficiência?

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que 15% da população mundial é constituída por pessoas com algum tipo de deficiência. E a maioria dessas pessoas (82%) está vivendo em países ditos "em desenvolvimento". Com uma população mundial estimada em 7 bilhões de pessoas, são 700 milhões de pessoas que vivem com algum tipo de deficiência. Praticamente três vezes e meia a população brasileira! E a maioria compõe as camadas mais desfavorecidas: segundo a Organização das Nações Unidas, 82% das pessoas com deficiência vivem abaixo da linha de pobreza², e cerca de 400 milhões de pessoas com deficiência vivem em condições precárias em países em desenvolvimento (ONU, 2003).

A pobreza e a deficiência estão ligadas e caminham de mãos dadas. Pesquisas apontam que quanto menor o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, maior o número de pessoas com deficiência. Nos países com IDH elevado a estatística de pessoas com deficiência é 1% bem abaixo da média mundial de 15 em cada 100 pessoas.

As condições de vida das populações mais pobres aumentam a probabilidade de uma pessoa nascer com alguma deficiência ou adquiri-la no decorrer de sua vida, pois estão mais vulneráveis a toda sorte de acontecimentos. A falta de condições de infraestrutura urbana, a falta de atendimento básico hospitalar - dentre as quais, as péssimas condições dos serviços de acompanhamento de gestação e parto oferecidos pelo sistema público de saúde, ou ainda a falta de acesso à reabilitação e serviços básicos apropriados -, aumentam a chance de geração e de agravo de deficiências. Acrescenta-se a isso, em alguns países, o aumento da violência urbana que atinge cada vez mais as populações jovens. Segundo a OMS em alguns países, para cada 100 casos de deficiência, 25 são resultado de lesões e violência. Por isso, no Brasil, é comum encontrar jovens cadeirantes em bairros populares das grandes cidades, vítimas de balas perdidas. Dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), por outro lado, apontam que 30% dos jovens em situação de rua possuem algum tipo de deficiência.

A relação direta e de reciprocidade entre deficiência e pobreza confirma-se no caso do Brasil. Pela primeira vez em 2000, o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incorporou perguntas específicas sobre deficiência. O resultado foi no mínimo surpreendente. Existem 24,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência no país, ou seja, 14,5% da população

<sup>2</sup> Linha de pobreza é o termo utilizado para descrever o nível de renda anual com o qual uma pessoa ou uma família não possui condições de obter todos os recursos necessários para viver. A linha de pobreza é, geralmente, medida em termos *per capita* e diversos órgãos, sejam eles nacionais ou internacionais, estabelecem índices de linha de pobreza. O Governo Federal Brasileiro adota como medida de extrema pobreza familiar rendimentos mensais abaixo de R\$ 70 por pessoa.

nacional. No último censo demográfico, realizado em 2010, essa proporção aumentou mais ainda<sup>3</sup>: o Brasil possui 45,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, o que equivale nos dias atuais a 23,9% da população brasileira, estimada em mais de 190 milhões de habitantes. A deficiência visual atinge um maior número de indivíduos (18,8% da população), seguida pela deficiência motora (7%) e pela deficiência auditiva (5,1%) e pela deficiência mental (1,4% da população).

A maior proporção de pessoas com deficiência encontra-se no Nordeste (26,6%) e depois no Norte, duas regiões que concentram os maiores bolsões de pobreza e menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). É no Nordeste que também há o maior número de pessoas cegas. Em todo Brasil, as pessoas com deficiência constam ainda em maior proporção na população negra e indígena, assim como também dentre as mulheres e as pessoas idosas. Assim, de cada 10 pessoas com ou acima de 65 anos, sete possuem alguma deficiência.

No plano socioeconômico, as pessoas com deficiência encontram-se nas piores situações de trabalho, educação e saúde. Nesse sentido, devem ser destacados os impactos das discriminações cumulativas, que contribuem para esse quadro. Em outras palavras, elas não enfrentam apenas a discriminação inerente a sua condição de pessoa com deficiência, mas também por serem negras ou indígenas, mulheres, idosas, por serem pobres e morar em bairros periféricos ou em cidades do interior.

Dados da Unicef comprovam, por exemplo, que crianças negras têm duas vezes mais chances de estarem fora da escola que as brancas; se elas possuem algum tipo de deficiência, esse fator aumenta para quatro. Acrescentase ainda, o fator regionalidade, pois populações que estão localizadas em regiões periurbanas e no interior não têm acesso aos mesmos serviços que as urbanas (saúde, educação etc.). De fato, se comparados aos bairros onde residem populações mais ricas, os populares de grandes capitais apresentam oferta de bens e serviços reduzida, a exemplo de agências bancárias, hospitais, espaços de lazer. Vejamos ainda a situação de jovens com deficiência de bairros populares, que se deslocam para estudar: quando conseguem vagas em escolas com alguma acessibilidade, normalmente são distantes de seus bairros de origem. A distribuição de equipamentos urbanos é desigual e muitas vezes inexistente em alguns espaços da cidade.

Também deve ser observado que a situação de pessoas com deficiência está ligada à condição da mulher. É muito comum vermos mulheres, geralmente

<sup>3</sup> As razões desse aumento incluem notadamente a mudança das perguntas no censo. A pergunta em 2000 foi: "Como você avalia sua capacidade de enxergar?", por exemplo, deu lugar no censo de 2010 a: "Você tem alguma dificuldade para enxergar?".

as pertencentes aos grupos menos favorecidos, negras e indígenas, que se deslocam de bairros periféricos ou da região metropolitana de capitais de estado carregando suas crianças com deficiência, para terem acesso a serviços especializados que só se encontram nos grandes centros urbanos.

As situações de deficiência e de pobreza estão presas em um círculo vicioso. Se a pobreza contribui diretamente para o aumento do número das pessoas com deficiência, as pessoas com deficiência, por sua vez, encontram difícil acesso à educação, saúde e trabalho, contribuindo para sua permanência na condição de pobre, excluído, e no melhor dos casos, assistido.

## Acessibilidade, condição para cidadanial

A limitação do acesso à cidade não pode ser atribuída às características próprias da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (pessoas idosas, mulheres grávidas, pessoas temporariamente impedidas de deambular etc.). É também resultado de fatores externos, como a falta de políticas públicas de infraestrutura urbana que resultam em inadequação de obras públicas, calçadas estreitas, transportes públicos inacessíveis, escolas distantes do público beneficiário... Enfim, fatores que, se associados à condição da pessoa com deficiência, aumentam o grau de dificuldade de acesso à cidade por parte das mesmas. Por exemplo, um jovem com deficiência física, usando cadeira de rodas, que não vai à escola porque as salas de aula estão no 1° andar e não existe elevador. Neste caso, a responsabilidade pela exclusão não pode ser atribuída ao jovem por ser pessoa com deficiência e, por sua vez, não poder subir escadas. Existe um fator externo à sua condição de deficiência, que é a falta de acessibilidade na escola.

A acessibilidade na sociedade e mais especificamente das cidades, na realidade, é condição essencial para o exercício da cidadania. Para a pessoa com deficiência, o direito de ir e vir permeia todos os outros direitos: estudar, trabalhar, divertir-se, praticar esporte... Acessibilidade pode parecer uma palavra muito grande e complicada, mas a sua raiz vem da palavra ACESSO que significa ingresso, passagem, ato de acessar. O que nos indica a possibilidade de trânsito sem impedimento. A acessibilidade pode também ter mais de um sentido e ser sinônimo de prática social no sentido pleno. Sua implementação se constitui em uma luta contra as barreiras sociais e físicas. Os elementos para sua promoção podem ser tanto de natureza física quanto de natureza social.

Para a legislação brasileira acessibilidade é condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2004). Apesar

de a acessibilidade não se limitar simplesmente ao ambiente físico, este é um fator determinante para que as pessoas possam exercer plenamente seus direitos. Se o ambiente físico e seus elementos arquitetônicos se constituírem em barreiras, irão impedir o acesso das pessoas aos locais e às ferramentas que lhe garantem o exercício da cidadania. Essa imobilidade imposta implica na ausência de participação das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida na vida da cidade. Uma pessoa cega não pode votar se a urna não for adaptada com o Braille ou sonorizada. O mesmo acontece com uma pessoa em cadeira de rodas se houver degraus até o local de votação. Veja que, nos dois casos, elas serão impedidas de exercerem seus direitos e deveres enquanto cidadã(o)s.

Cidades mais acessíveis beneficiam, além das pessoas com deficiência, parte importante da população, aquela dita com "mobilidade reduzida", que abrange um público variado: pessoas idosas; pessoas com incapacidade temporária; mulheres grávidas. Por isso, a própria legislação já traz orientações para que os ambientes da cidade sejam construídos de forma inclusiva, a partir da acessibilidade universal (Desenho Universal). O Desenho Universal visa à construção da acessibilidade não só para as pessoas com deficiência, mas para todas as pessoas, evitando, na medida do possível, a segregação de indivíduos por meio de espaços e equipamentos de uso exclusivo para um grupo específico. Afinal, uma cidade confortável é boa para todas as pessoas.

Antes de tudo, é bom lembrar que a implementação da acessibilidade é obrigação do Estado, especialmente das administrações municipais. Este também é um processo de promoção de política pública, em que os municípios devem aplicar as diretrizes de acessibilidade por meio dos instrumentos para a reforma urbana, como plano diretor, código de obras, lei de uso do solo, código de posturas municipais. Tudo deve ser construído de forma participativa.

Apesar da obrigação do Estado, a acessibilidade é de responsabilidade de todos aqueles que participam do projeto e da construção da cidade: os poderes públicos, os arquitetos e os outros técnicos do planejamento urbano, as famílias, o setor privado, enfim, toda a sociedade. Sem esquecer o papel fundamental das universidades, escolas técnicas e outros centros de ensino, que formam as pessoas que vão atuar na construção e planejamento dos espaços das nossas cidades!

A construção de cidades e de sociedades acessíveis e inclusivas é possível e já começou! Com a quebra da invisibilidade, as pessoas com deficiência vêm gradativamente se afirmando nos espaços da sociedade, de educação, no trabalho, no lazer... Nos últimos anos, múltiplas campanhas sobre acessibilidade e direitos das pessoas com deficiência foram lançadas pelo Brasil. Até na televisão, personagens com deficiência apareceram com mais frequência nas novelas, sendo às vezes (mas ainda raramente) interpretados por atores com deficiência. O imaginário coletivo brasileiro continua impregnado de

preconceitos em relação à pessoa com deficiência, mas começou a ter acesso a novas fontes de informação, a outro discurso que apresenta a pessoa com deficiência como sujeito de direitos. Essa evolução reflete ainda o surgimento de políticas públicas nos diversos âmbitos, federal, estadual e municipal.

Essa mudança deve ser atribuída em grande parte à busca por participação política e social de pessoas com deficiência e de suas organizações representativas. Elas ocupam cada vez mais os espaços institucionalizados de controle social, principalmente aqueles que tratam diretamente de políticas para o segmento. As pessoas com deficiência passaram, ainda, a aparecer em espaços voltados para outras políticas setoriais: para mulheres, de saúde, de assistência social, de desenvolvimento urbano, entre outras.

Essa maior presença e visibilidade no cenário político não poderiam ser entendidas se não estivessem relacionadas com a afirmação de novas identidades coletivas de pessoas com deficiência (pessoas com albinismo, pessoas com visão monocular, com doenças crônicas renais, com síndrome de Rett, com anemia falciforme...) e, consequentemente, o surgimento de novas organizações e lideranças no cenário nacional ou local.

A implementação das políticas de acessibilidade e seu monitoramento são processos nos quais a participação da sociedade civil deve assumir um caráter essencial. O grande desafio colocado para toda sociedade e, sobretudo, para profissionais, é abrir-se para esse diálogo e construir novos paradigmas. O Brasil de hoje pode superar o Brasil de ontem desde que integre, desde já, os projetos de amanhã.

# Referências bibliográficas

BRASIL. República Federativa do Brasil. Decreto Federal Nº 5296/2004.

FOUGEYROLLAS, Patrick. Processus de Production du Handicap. RIPPH/SCCIDIH, 1998.

ONU - Organização das Nações Unidas. Guidance Note Disability and Development for EU Delagations and Services. ONU: 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Revista Vida Independente, Julho/2003.

# Cidades-modelo e pobreza na região latinoamericana: uma maneira de superação ou mais um passo para o buraco?

Joana Barros<sup>2</sup> e Evanildo Barbosa da Silva<sup>3</sup>



Privatização contra desigualdades?

Marcelo Camargo/ABr - São Paulo/SP

- O senhor poderia me dizer, por favor, qual o caminho que devo tomar para sair daqui?, perguntou Alice.
- Isso depende muito de para onde você quer ir, respondeu o
   Gato.

[Alice no País das Maravilhas, Lewis Carroll]

<sup>1</sup> Este artigo foi publicado originalmente em espanhol, como contribuição da FASE ao boletim de novembro de 2012 da ALOP – Associação Latinoamericana de Organizações para Promoção do Desenvolvimento (Veja em: http://bit.ly/15hY600), e atendendo ao apelo para que redes e entidades do continente se somassem em resistência contra o projeto (Veja em: http://www.fase.org.br/v2/pagina. php?id=3773).

<sup>2</sup> Joana Barros é doutora em sociologia pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) e assessora da Fase.

<sup>3</sup> Evanildo Barbosa da Silva é diretor da FASE, doutor em desenvolvimento urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/MDU).

O tema da privatização do espaço urbano não é novo entre aqueles que lutam pelo direito à cidade, nem entre os estudiosos do planejamento urbano. Assim como não é novo o tema da pobreza e das formas de iniquidade sob as quais vivem cotidianamente as pessoas das cidades dos países hoje chamados "em desenvolvimento". Nesse ambiente, organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU), que é uma detentora global de diagnósticos e de recomendações de toda espécie para enfrentamento desse binômio privatização-pobreza do espaço urbano, tem buscado influenciar para que alguma alternativa a questão esteja vislumbrada no médio prazo. Pouco ou quase nada de resposta positiva tem sido sinalizada pelos chamados países centrais.

Entretanto, aqui na porção latinoamericana do problema, nos surpreende a proposta que emergiu no Congresso Nacional de Honduras, intitulada Zonas de Emprego e Desenvolvimento Econômico, mais conhecidas como cidades-modelo. Como o riso de Michel Foucault diante do texto de Jorge Luis Borges<sup>4</sup>, a surpresa e o desconforto diante da proposta de outorga de território à iniciativa privada talvez esteja ligado ao fato de que, ao ouvir tal proposta, fique claro o absurdo que está a estruturar a privatização da vida que anima (ou mortifica?) a proposta de cidades-modelo em Honduras. O desconcerto de inúmeras organizações da sociedade civil do continente diante desta proposta cede lugar à necessidade imperiosa de pensar sobre aquilo que dá corpo e justificativa a tal propositura. O debate sobre a instalação de cidades-modelo em Honduras faz-se no conjunto de debates de combate a pobreza no país, mas parece que fala sobre o conjunto da América Latina. É sobre esta relação entre cidades-modelo e pobreza que iremos refletir nesta breve comunicação.

<sup>&</sup>quot;Esse texto [O livro dos seres imaginários] de Borges fez-me rir durante muito tempo, não sem um malestar evidente e difícil de vencer. Talvez porque no seu rastro nascia a suspeita de que há desordem pior que aquela do incongruente e da aproximação do que não convém; seria a desordem que faz cintilar os fragmentos de um grande número de ordens possíveis na dimensão, sem lei nem geometria, do heteróclito; e importa entender esta palavra no sentido mais próximo de sua etimologia: as coisas aí são "deitadas", "colocadas", "dispostas" em lugares [pág. XII] a tal ponto diferentes, que é impossível encontrar-lhes um espaço de acolhimento, definir por baixo de umas e outras um lugar-comum. As utopias consolam: é que, se elas não têm lugar real, desabrocham, contudo, num espaço maravilhoso e liso; abrem cidades com vastas avenidas, jardins bem plantados, regiões fáceis, ainda que o acesso a elas seja quimérico. As heterotopias inquietam, sem dúvida porque solapam secretamente a linguagem, porque impedem de nomear isto e aquilo, porque fracionam os nomes comuns ou os emaranham, porque arruínam de antemão a "sintaxe", e não somente aquela que constrói as frases — aquela, menos manifesta, que autoriza "manter juntos" (ao lado e em frente umas das outras) as palavras e as coisas. Eis por que as utopias permitem as fábulas e os discursos: situam-se na linha reta da linguagem, na dimensão fundamental da fábula; as heterotopias (encontradas tão freqüentemente em Borges) dessecam o propósito, estancam as palavras nelas próprias, contestam, desde a raiz, toda possibilidade de gramática; desfazem os mitos e imprimem esterilidade ao lirismo das frases." (Foucault, 1999)

A proposta em discussão no Congresso Nacional de Honduras e sua aprovação viabilizaria juridicamente os três convênios já assinados pelo governo hondurenho com multinacionais para construção das cidadesmodelo. Para a primeira delas, a empresa americana MKG já investiu 15 mil dólares e está a ponto de começar as obras perto de Trujillo.

Em 2012 Honduras firmou com investidores estrangeiros acordo para criação de *cidades-modelo*. A decisão é justificada pelo governo como única saída para o desenvolvimento urbano, capaz de gerar 10 mil empregos. Grandes áreas serão sedidas à iniciativa privada. A cessão de uso de territórios também já se viu em outros países, como no Brasil. Mas o modelo hondurenho vai além, seguindo pela primeira vez, na prática, o economista estadunidense Paul Romer, cuja teoria é de que as leis nacionais impedem o crescimento econômico de muitos países. Assim, as cidades-modelo terão leis, modelo de imposto, educação e sistema de saúde próprios.

No entanto, associação de juristas, grupos indígenas e outros movimentos sociais vêem nos convênios um projeto de "neocolonização" e temem pela soberania. O presidente Porfírio Lobo (que substituiu Manuel Zelaya depois do Golpe de Estado em 2009), foi denunciado à Corte Suprema de Justiça pela medida e o Ministério Público defendeu sua inconstitucionalidade.

07103316454

A constituição destas cidades está assentada em um mecanismo aparentemente simples, de fácil e rápida resposta: a cessão de uma parte do território a empresas privadas para que estas possam criar e gerir "cidades produtivas". Em tais cidades (se é que se pode chamar assim um espaço absolutamente privado), estas empresas teriam total liberdade para criar leis, estabelecer normas e regras – incluindo aí as leis trabalhistas –, estabelecer um "governo" para sua gestão, sistemas de saúde e educação, política tributária e, claro, produzir. A entrada e saída das fronteiras da cidade seria franqueada a todos aqueles que quisessem ir e vir, sem nenhuma obrigatoriedade de estar somente ali ou no território hondurenho, numa espécie de livre-fronteira

de mercado. Assim como sua criação seria um ato voluntário dos países e

governos que se interessassem em ceder territórios para esta nova modalidade de cidade. Nenhum segmento social (empresários, trabalhadores, cidadãos comuns...) é obrigado a participar deste empreendimento, a sua adesão é também voluntária.

A ideia defendida pelo professor de economia Paul Homer, da Universidade de Stanford, Estados Unidos, tem por pressuposto e justificativa que a cessão destes territórios a conglomerados produtivos são um excelente modo de redução da pobreza e modelo de política de desenvolvimento para os países pobres ou em desenvolvimento. A proposta articula duas questões fundamentais: a redução da pobreza e as políticas de desenvolvimento e a soberania nacional. É sobre este imbróglio que gostaríamos de refletir.

De nosso ponto de vista, o país que cede as terras para esta cidade-modelo abre mão assim de sua autoridade e sua capacidade de gestão sobre parte de seu território, em troca de duvidosos lucros que dali brotariam. Para além do fato de que a instauração destas cidades com plenos poderes outorgados a empresas privadas para sua criação e gestão representa um duro golpe contra a democracia e a possibilidade de vida justa e livre naquele país, e ainda afronta a soberania do povo hondurenho; é necessário atenção para o fato de que esta proposta naturaliza alguns pressupostos no debate sobre cidades: as questões vinculadas à política de desenvolvimento nos países latinoamericanos.

O que está em questão nesta proposta é justamente uma tese simples, mas não simplória: é preciso abrir mão da soberania nacional do povo de um país para que ele cresça e se desenvolva. Mas há perguntas que devemos fazer: do que falamos quando dizemos desenvolvimento? Para quem é este desenvolvimento? Quem se apropria dos frutos deste desenvolvimento econômico? Quem são os sujeitos que discutem e implementam esta ou outra política de desenvolvimento?

Por detrás desta associação rápida descortina-se um discurso unívoco e (supostamente) inquestionável sobre a necessidade destes mecanismos para o "desenvolvimento" do país. A fórmula da outorga de soberania a empresas privadas é um passo adiante nos processos de privatização há muito em curso nas cidades latino-americanas, desde pelo menos os anos 1990, com a globalização neoliberal. Sua implementação significa a reorganização e rearticulação escancarada entre interesses privados e políticas de desenvolvimento, com a perda total de autonomia dos Estados Nacionais sobre o destino de suas políticas territoriais e, mais grave, a perda do sentido público das formas de regulação que se pudesse implementar em prol da defesas e dos direitos dos povos dos países.

Impressiona que por detrás deste discurso das cidades-modelo esteja subsumido o caráter privatista e antidemocrático destas políticas de desenvolvimento e superação da pobreza que, para supostamente melhorar a vida de milhares de cidadãos, deve abrir mão da possibilidade democrática de

debate sobre os rumos de sua política de desenvolvimento e suas dimensões econômica, política, social, cultural e territorial.

O discurso hegemônico sobre o desenvolvimento econômico passa pela afirmação de um e único modo de vida, pautado pelo consumo e supostamente por escolhas livres, típicas do liberalismo, que projeta um futuro de fartura e de acesso ilimitado a informações e a mercadorias e benesses produzidas, mediadas e reguladas pelo mercado. Este discurso supõe ainda, através da afirmação de um único modo de vida válido, o descredenciamento de classes, grupos sociais e pessoas que se contrapõem a este projeto de futuro, de nação e de desenvolvimento. Aí está uma das faces mais violentas neste processo: a invisibilidade política a que são submetidos diariamente, através dos meios de comunicação e das imagens construídas destes sujeitos, como entraves ao desenvolvimento e ao projeto de nação dele decorrente. Ou na contraface disto, a imagem de público-alvo que é impingida a milhares de cidadãos quando estes são agregados sob a nomenclatura de pobres nas políticas de desenvolvimento e redução da pobreza, no diapasão das agências multilaterais para a latinoamérica. Esta condição de pobres/público-alvo solapa a sua condição de sujeitos políticos capazes de discutir de forma autônoma e soberana seu destino, que engloba os usos de seus territórios e a destinação de seus recursos, naturais ou não.

É urgente descortinar esta articulação perversa entre desenvolvimento e formas autoritárias de ação e reafirmar mais uma vez, o caráter político dos sentidos do desenvolvimento e do projeto nacional que dão corpo à vida social em cada país latinoamericano. Neste projeto de cidades-modelo, mas também nas diversas formas menos explícitas de privatização das cidades e da vida, o desenvolvimento econômico e/ou produtivo aparece como o polo dinâmico e emancipador, supostamente capaz de reverter o atraso e a pobreza que nos acorrentaria e impediria de alcançar o bem estar para o conjunto da população. Aqueles e aquelas comprometidos com uma vida justa e feliz para o conjunto dos povos em seus países devem trazer à luz justamente o caráter de classe e ideológico, privatista e antidemocrático que estrutura esta proposta, seja em Honduras, no Brasil, na Argentina ou no sudeste asiático. Do contrário, a Carta Mundial peloDireito à Cidade<sup>5</sup>, amplamente aceita e assinada por vários países, será mais um instrumento a ser desrespeitado para dar lugar aos interesses do mercado e de sua reprodução irresponsável nas cidades, já estruturalmente pertencentes a uma minoria.

<sup>5</sup> Ver em: http://www.forumreformaurbana.org.br/index.php/documentos-do-fnru/41-cartas-e-manifestos/133-carta-mundial-pelo-direito-a-cidade.html

#### Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henry. O desenvolvimento e as condições do exercício da capacidade crítica. Texto mimeo, s.d.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 8ª ed.

MORAZÓN, Pedro. *Charter City para Honduras: Fata Morgana o revolucion?* 27 de fevereiro, 2011. Disponível em http://www.opinandoenelsalvador.com/wp-content/uploads/2010/10/charter-city-para-honduras.pdf

OLIVEIRA, Francisco. Crítica à Razão Dualista – O Ornitorrinco. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

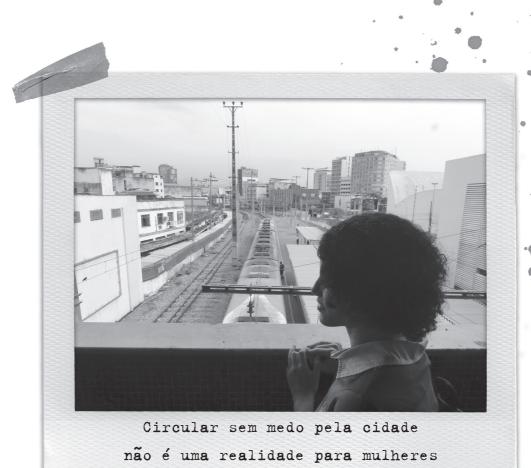
O Estado e a Exceção ou o Estado de Exceção? Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 5, n. 1, 2003.

\_\_\_\_\_ Totalitarismo e Exclusão: A Formação de um Espaço Anti-Público. Texto base para conferência no Simpósio Internacional "Espaços Públicos e Exclusão Social: práticas urbanas", FAUUSP, São Paulo, nov.98. (mimeo)

RANCIÈRE, Jacques. O Desentendimento. São Paulo: Editora 34, 1996.

# Circulando: uma caminhada entre Rio e Caxias

Lívia Duarte<sup>1</sup>



Lívia Duarte/FASE - Rio de Janeiro/RJ

Eu amo a rua. Esse sentimento de natureza toda íntima não vos seria revelado por mim se não julgasse, e razões não tivesse para julgar, que este amor assim absoluto e assim exagerado é partilhado por todos vós.

[A alma encantadora das ruas, João do Rio]<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Lívia Duarte é jornalista e coordenadora do setor de Comunicação da FASE.

<sup>2</sup> Acesse no Portal Domínio Público: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm. do?select\_action&co\_obra=2051

Quando escreveu as crônicas de seu livro mais famoso, há um século, João do Rio não comentou que estava mais difícil ter mulheres que homens flanando por aí, andando e refletindo despretensiosamente sobre o movimento da cidade. Muitas coisas mudaram em pouco mais de 100 anos, mas não é fácil ver ecos no passado no presente. Lidiane Oliveira, 21 anos, é uma jovem de Duque de Caxias, Baixada Fluminense, que caminha diariamente por muitas das ruas descritas por João do Rio. Mas para ela, a alma das ruas do Centro da capital são bem mais sombrias do que foram para ele. Seu discurso coincide com o de muitas outras mulheres, jovens ou não, para quem o direito de ir e vir pode ser cerceado pela construção de espaços sempre marcados pelas desigualdades de gênero.

Franzina e tímida, só no primeiro momento, mas com olhos e palavras ágeis, Lidiane pareceu surpreendida com meu interesse em conhecer seus caminhos. Nosso encontro foi no pátio do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, onde ela cursa o 4º período de Sociologia. De lá saímos para caminhar pela cidade. Ou pelas cidades. Todos os dias, ela gasta ao menos duas horas e meia no trânsito para chegar à capital. O mesmo, ou muito mais tempo, até quatro horas, para voltar para casa. Sem falar em cerca de vinte minutos de caminhada. Não é à toa que o tema da mobilidade toma boa parte da conversa.

#### Seguindo em frente

Em passos rápidos avançamos do Largo de São Francisco, onde fica o Instituto no qual Lidiane estuda, em direção ao mercado da Uruguaiana. Até ali, no meio das mercadorias pirateadas e na presença de um grupo de ao menos seis guardas municipais, a jovem contou que não tem uma experiência tranquila no longo trajeto diário. O medo de ser roubada, ou vítima de outras violências, e ao final não chegar em casa, a acompanha em cada esquina. À noite, prefere andar em grupo, como a maioria dos que saem da aula em direção à Central do Brasil.

"As mulheres não foram criadas para estar na rua. Meus pais estão sempre preocupados comigo na rua, pelo meu pai eu não saia, desde pequena. E na verdade, quando tinha 16 anos e comecei a sair sozinha fui assaltada duas vezes, o que mostra que a preocupação não é baseada em pura imaginação", comentava, lembrando ela mesma os números da violência no Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense e ressaltando que a cidade de Caxias tem os maiores índices de violência ligados a questões de gênero.

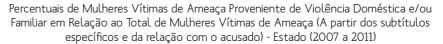
### Violência no espaço privado

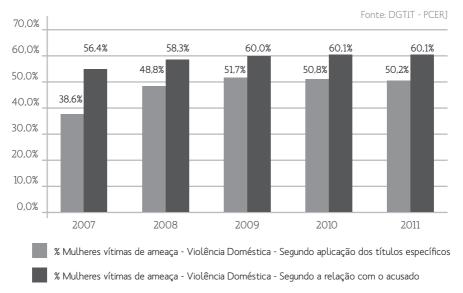
Apesar da sensação de insegurança certamente limitar o direito de ir e vir, estatísticas mostram que a violência contra mulheres, na verdade, é produzida majoritariamente em ambiente privado. A sétima edição do Dossiê Mulher, produzido pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, com dados de 2011, confirma as estatísticas das edições anteriores. As mulheres continuam sendo as maiores vítimas dos crimes de estupro (82,6%), ameaça (66,8%) e lesão corporal dolosa (64,5%). Grande parte desses delitos ocorreu no espaço doméstico e no âmbito de relações familiares. As estatísticas também revelam que meninas e mulheres jovens figuram como as principais vítimas de estupro. Cerca de 13 mulheres são estupradas diariamente no estado do Rio de Janeiro e 78,4% das vítimas têm até 29 anos de idade. Negras somaram 54,4% deste total. A maior parte dos delitos registrados pelo Dossiê Mulher está na Baixada Fluminense e na Zona Oeste da capital.

À época da divulgação da pesquisa, a major Cláudia Ŝoares, que coordenou o estudo, afirmou à Agência Brasil que os dados chamam a atenção para as especificidades da violência praticada contra mulheres e revelam que a rua, às vezes, é mais segura do que a própria casa. "Muitas mulheres têm medo, vergonha da comunidade, dos familiares e acabam não fazendo a notificação",

declarou.

81





Lidiane nasceu e vive até hoje no conhecido 3º Distrito de Caxias, chamado também como Imbariê. "Na verdade estou sendo expulsa por minha própria cidade", desabafa, "porque lá não tenho como seguir estudando, vivo muito longe, gasto muito dinheiro com a passagem, não posso sair do Centro do Rio depois de 19h30 ou não chego em casa. É muito ruim estar em uma atividade, na aula, em uma reunião, e o tempo todo atenta ao relógio para sair correndo. Estou pensando em me mudar para a casa de uma prima no Rio Comprido". A percepção de Lidiane é também de que a violência aumentou na Baixada com a política de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Rio. Assim, no lugar e nos horários antes ocupados por brincadeira de criança, a estudante conta que hoje não vê mais ninguém na rua, o que aumenta o medo para circulação.

A distância impõe que as bicicletas fiquem na garagem e as contas de deslocamento pesem desde que a faculdade começou: de casa à universidade gastava,na época da entrevista, R\$ 198 mensais, apesar do Bilhete Único que garante subsídio do governo do Estado, reduzindo o preço da passagem, no

caso dela, de R\$ 6 para R\$ 4,95<sup>3</sup>. "Quanto mais longe a gente mora, mais refém fica porque o preço é mais caro. E o transporte é mais precário, tem menos horários, demora horas pra passar um ônibus no final de semana. Não tenho direito à praia. Não tenho opção também. Tem que ser o ônibus, uma única empresa faz o trajeto, não chega o trem", explica. E crescem as pressões em casa para buscar logo um emprego.

Sob o sol carioca às vésperas do verão, com todo o trânsito da Avenida Presidente Vargas às 15h de uma tarde de terça-feira de novembro como fundo sonoro, Lidiane falava, apertando o passo rumo ao primeiro ônibus que pudéssemos encontrar na Central do Brasil, de violência, poluição, correria. Comentava sobre os usuários de drogas ao redor da principal estação de trens e metrô do Rio de Janeiro, atrás da qual está o terminal Américo Fontenelle de onde saem ônibus para outras cidades da Região Metropolitana – "não gosto de ter medo, ainda mais medo deles que sei serem vítimas do sistema, mas tenho" – até que inesperadamente sorri: "mas tem coisa boa também. A dona Maria!", se referindo à senhora que vende biscoitos e doces no camelô próximo ao ponto dos ônibus para Caxias. "A cidade também tem coisas boas pra mim. O principal são as pessoas e a solidariedade". Sobre D. Maria, que trabalha com o marido no camelô e deve ser removida dali com as obras da prefeitura no entorno da Central do Brasil, Lidiane garante que sempre tem um sorriso no rosto apesar das adversidades.

Os ônibus que seguem para o Centro de Caxias, onde me despedirei de Lidiane, que participará de uma reunião com outros jovens da cidade no Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE), têm cortinas vermelhas que permitem apenas entrever o sol e as favelas, os meninos, homens e mulheres, os muros, os terrenos vazios que nos acompanham até a Baixada Fluminense.

<sup>3</sup> Com o bilhete único, a economia para o passageiro varia em função das diferentes tarifas praticadas na Região Metropolitana. O valor máximo era de R\$ 4,95 em outubro de 2012 para quem usa até dois transportes no intervalo de 2h30 na região metropolitana. (Fonte: http://www.sindrio.com.br/site/publicacao/publicacao.asp?cod\_canal=19&cod\_publicacao=952, consultado em 31/10/2012). A diferença entre o valor integral e o pago pelo passageiro é subsidiado pelo Estado. A média é de 869 mil viagens diárias, somando R\$ 28 milhões de subsídios mensais do Governo do Estado. (Fonte: http://www.ioerj.com.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2162, acessado em 01/04/13).

#### Virando à esquerda por cultura e política

A história de Lidiane foi atravessada pela violência desde sempre e a marca das diferenças de gênero, ela diz, nunca passaram despercebidas. Contou, perdendo um pouco do brilho dos olhos vivos, que foram muitas as amigas que desapareceram e, mais tarde, tiveram corpos encontrados. A violência sexual é uma marca nos casos. "Lembro bem de quando o corpo de uma amiga estava na capa do jornal Extra. Sofri muito porque não importava o rosto tampado, era ela, muito machucada. Foi o avô dela que fez isso. A violência dentro de casa". O perigo do bairro justificou o cuidado dos pais, o reiterado medo, ela conta, de que sofresse violência ou repetisse a história, segundo Lidiane, a mais comum: gravidez precoce, namoro com traficante, novo ciclo. "Onde eu moro é como se não houvesse escapatória. Namorar, casar, ter filhos. Eu sou uma exceção".

Ela conta que seus pais sempre viram na educação o caminho para mudar a história. A jovem destaca ser a primeira pessoa da sua família a estudar em universidade pública, mas sublinha que nem sempre a vontade individual é suficiente para mudar desfechos. Entre os 60 estudantes que ingressaram junto com Lidiane, apenas quatro eram da Baixada Fluminense. Um já trancou a matrícula e outra já anunciou que deve trancar.

Sua infância foi marcada também por delicadezas que vão deixando escapar da dureza, como as sessões de cinema com a mãe. "Não importa ser filme da Xuxa, ela estava sempre orgulhosa de levar os filhos ao cinema uma vez ao ano", emendando que conheceu projeções ainda criança, coisa incomum no seu bairro. "Além do transporte, pensando na cidade como uma jovem daqui, acho que cultura está entre as coisas que mais faltam na Baixada. Quantos cinemas têm no Rio, quantos têm aqui?", questiona, comentando que aproveita um festival anual de teatro no Centro de Caxias para levar as crianças da vizinhança e tenta promover exibições de filmes junto com jovens dos grupos políticos dos quais faz parte. "Essas coisas mostram outros horizontes", frase que justifica porque é na área da cultura que ele pretende investir seu tempo e futuro.

#### A distribuição dos equipamentos urbanos

O acesso facilitado — ou não — a equipamentos urbanos, entre eles os equipamentos de cultura, pode dizer bastante sobre a situação socioeconômica das diferentes cidades. Os números do IBGE não são capazes de revelar a qualidade dos bens que se acessa em cada uma delas — como exemplo, vamos usar dados do Rio de Janeiro e de Duque de Caxias. Também não nos apresentam aos ricos movimentos culturais que acontecem independentemente destas estruturas. No entanto, mostram claramente as diferenças socioespaciais.

A população estimada do Rio de Janeiro em 2012 foi de 6,39 milhões habitantes, um número 7 vezes maior que a população de Caxias - 867,06 mil. No entanto, os dados da pesquisa de perfil dos municípios realizada pelo IBGE em 2006 mostram que não há proporcionalidade no que diz respeito ao número de equipamentos nas duas cidades.

	Rio de Janeiro	Duque de Caxias	
Cinemas	49	5	
Teatro ou casa de espetáculo	133	4	
Bibliotecas públicas	51	6	
Museus	79	2	

Vale ressaltar que a segregação não se limita aos municípios. Ela se repete em cada região da cidade. Uma rápida busca pela *internet* vai mostrar que, por exemplo, o bairro de Botafogo, Zona Sul carioca, tem cinco cinemas (todos com múltiplas salas de exibição) e uma população próxima dos 83 mil habitantes segundo o Censo 2010. A mais de cinquenta quilômetros dali, mas ainda na cidade do Rio, em Campo Grande não se encontra nenhum cinema disponível para uma população de mais de 328 mil habitantes.

Como sugere um dos textos da cartilha *Juventude e Direito à Cidade:* que papo é esse?, os investimentos realizados na capital com o objetivo de preparar a cidade para os megaeventos esportivos poderiam, diante de melhor planejamento urbano, reduzir desigualdades como estas. "Os investimentos direcionados à Copa e à Olimpíada poderiam deixar um legado positivo, enfrentando as desigualdades socioeconômicas e democratizando o acesso a serviços e bens públicos. A cultura também poderia lucrar com isso!"

Caminhar pela cidade é menos solitário quando no caminho tem outras pessoas preocupadas com o futuro. Isso passa pela cabeça de Lidiane ao seguir para mais uma reunião. "É dificil quando a gente percebe o tamanho dos problemas. Mas eu não quero passar a vida toda achando que nada pode mudar. Quero entender onde eu vivo e quero que mude. É dificil morar na Baixada, tem preconceito, tem vergonha de onde você vive. Uma pessoa diz de boca cheia que vive na Zona Sul. Não diz o mesmo da Baixada. Isso tem que mudar e me faz caminhar". Ela integrava dois coletivos de jovens de Caxias: Caxias de Cara Nova e Juventude em Movimento. A partir deles, participa e ajuda a promover debates sobre a realidade da cidade a partir de cursos de fotografia e da história de Duque de Caxias, por exemplo. Lidiane também passou a fazer parte do Núcleo de Mulheres Jovens da Casa da Mulher Trabalhadora (Camtra) e depois disso está animada com a perspectiva de debater temas como gravidez, homofobia e sexismo em escolas públicas da região.

#### Jovens Mulheres da Camtra

A Casa da Mulher Trabalhadora, organização feminista do Rio de Janeiro, tem um núcleo de mulheres jovens. Iara Amora, 28 anos, explica que o grupo surgiu porque as jovens que participavam das atividades da Camtra se deram conta de que outras não tinham acesso às mesmas informações. Até 2009 atuaram majoritariamente em escolas e de lá pra cá realizam um curso anual e outras atividades de multiplicação. Lidiane conheceu a Camtra a partir de um destes cursos em que participam cerca de 30 jovens entre 15 e 29 anos, a maioria já organizada em outros movimentos. "Isso nos surpreende de um lado, já que os temas são bem básicos - sexualidade, violência contra mulher. No entanto, mostra também a falta de espaço para expressão destes temas nos movimentos sociais em geral", comenta Iara, analisando que muitas vezes estes outros espaços reproduzem a lógica masculina da sociedade tanto na forma – por exemplo, ter que falar mais alto para se impor, coisa para a qual as mulheres não são educadas - e também nos conteúdos, que não contemplam estas pautas. Segundo Iara, apesar do direito à cidade não ser um tema do curso, muitos assuntos correlatos aparecem nas atividades do Núcleo de Mulheres Jovens, passando da iluminação pública à dificuldade de acesso às políticas de saúde graças ao preço do transporte.

#### Encontrando a luta das mulheres

As leituras da realidade com recorte de gênero, segundo Lidiane, fazem parte da sua forma de olhar o mundo desde a infância, quando passou a perceber os casos de violência contra meninas do seu bairro. "Mas era sozinha nisso. Mais tarde passei a ler *bloggs*, como o Blog da Lola, e entrei em contato com o que é o feminismo na faculdade. A percepção já estava lá. Mas era muito feminista da Zona Sul o contato que eu tinha. É diferente, são outras questões, eu não me identificava. Uma vez começam a falar de *queer*, de pósgênero. Eu não sei de onde elas vêm, deve ser muito avançado, porque da onde eu venho ainda é preciso explicar o que é heterossexual", questiona, reclamando também do medo em relação à Baixada. "As pessoas não querem vir aqui. Também por isso me identifiquei com a Camtra, este não é o caso delas. Também é interessante no núcleo de jovens a mistura. Somos de muitos lugares, da Zona Sul, mas também da Baixada ou de São Gonçalo. E percebo que muitas coisas que eu passo, elas também".

Na opinião da estudante, assim como de tantas outras mulheres e homens que olham a realidade do meio urbano, é preciso considerar as diferenças para buscar igualdade. Sobre o transporte público, ela dá um exemplo: "o preço da passagem pesa mais para salários menores; a violência não acaba quando se entra no veículo, aí também há caso de abusos; e tanto tempo de deslocamento, para quem encara duplas ou triplas jornadas, é algo ainda mais difícil de suportar", enumera, pensando na realidade das mulheres.

Nossa despedida foi na porta do SEPE, onde ela tentou explicar o que quer: "Eu quero ser livre pra ser eu mesma. Sei que o conceito é subjetivo, mas quero ser livre pra circular apesar de ser mulher, sem medo da violência, com acesso à cultura e à educação, sem vergonha de vir de onde eu venho". Estávamos diante da Rua Conde de Porto Alegre – nome de militar, numa cidade que homenageia o patrono do exército. Segui sozinha, mas não solitária, para a estação Duque de Caxias. Esperando o trem na plataforma, pensava nos caminhos de Lidiane. Embarquei no trem. Carro exclusivo das mulheres. Vitória feminista, mas com *desing* na identificação dos vagões que valoriza a silhueta de uma mulher magra, corpo violão, cabelos lisos. É proibida a entrada de homens das 6h às 9h e das 17h às 20h, conforme determina a Lei 4.733/06. Conto os passageiros. Somos apenas dezesseis. Quatro homens. E muitos mais entrarão nas estações a seguir. É longo o caminho pela frente.

## "Desenvolvimento" e Desigualdades Sociais

Cris Faustino<sup>1</sup>



Morro da Providência: muitas faces do "tal" desenvolvimento Lívia Duarte/FASE -

Rio de Janeiro/RJ

Antes de iniciar minha fala, é importante situá-la a partir do lugar que ocupo no mundo, lugar que é constituído a partir da minha vida de mulher, negra, nordestina e bissexual. Quanto a essa última, para quem tem dúvida, tomo emprestadas as palavras de (des)ordem do movimento LGBT: "bissexualidade não é indecisão, nem transição"; e esclareço: é uma orientação sexual, do mesmo modo que ser lésbica, gay ou hétero também o é. Mas essa fala também se dá a partir de minha vivência e ação como sujeito político, que em muito se vincula à minha consciência de pessoa, situada no mundo e nas relações sociais.

E é nesse universo de relações e coisas que sou militante feminista, antirracista, anticapitalista e anti-homofobia. Trabalho no Instituto Terramar, no Ceará, uma ONG do campo da luta por justiça ambiental; e milito no Fórum Cearense de Mulheres/Articulação de Mulheres Brasileiras e na Rede Brasileira de Justiça Ambiental, mais especificamente no GT Combate ao Racismo Ambiental. Sobrecarga de opressões, sobrecarga de militância...

Eu, e pessoas como eu, temos, na ação política, tentado construir pensamentos e, na medida do possível, práticas radicalmente comprometidas com o fim de todas as formas de opressão e de discriminação. O que não quer dizer que não experimentamos na vida cotidiana as contradições que nos impõem a vida real e certas cristalizações que nos são impingidas pelos modelos sociais de formação das pessoas. Por isso resolvi começar essa fala

Este texto foi preparado para o seminário Por Uma Nova Concepção de Desenvolvimento, realizado pela ABONG em 6 de dezembro de 2010, em Salvador, Bahia e publicado também em http://racismoambiental.net.br/. Uma versão ligeiramente modificada foi publicada em Revista Cadernos Feministas, nº 4, em 2011. Agradecemos imensamente a autora pela oportunidade de sua republicação neste Caderno.

<sup>2</sup> Cris Faustino é assistente social, membro da equipe do Instituto Terramar, do GT Combate ao Racismo Ambiental da Rede Brasileira de Justiça Ambiental e militante da Articulação de Mulheres Brasileiras.

numa crítica desde nós para em seguida chegar ao outro, aos que são nossos opostos.

Acho que essa autocrítica é importante porque nos dá interessantes pistas sobre como se reproduzem as desigualdades, até mesmo quando se luta pela justiça e igualdade. Uma dessas pistas é o fato de que mecanismos que estão dentro de nós e que fazem parte da nossa formação pessoal e coletiva operam de diferentes formas e tornam nossa revolução meio capenga, contraditória e às vezes antinômica. Como explicar, por exemplo, o racismo, ou a negação da importância do racismo como elemento estruturante da sociedade, por alguns movimentos sociais? Como explicar a homofobia e a misoginia em importantes intelectuais ou militantes das lutas sociais? Por que os movimentos sociais muitas vezes não consideram em seu próprio fazer a necessidade de compreender e enfrentar a opressão das mulheres e das populações não brancas?

Isso nos impõe desde já um importante desafio para a construção de outro mundo: como nós – que pensamos, queremos e lutamos por uma sociedade justa e igualitária – fazemos ou faremos para visibilizar e enfrentar dentro de nossos próprios coletivos as estruturas de desigualdades que também nos constituem, como a classe, a raça e o gênero? Pois o fato de sermos engajados politicamente não nos redime de sermos membros da sociedade desigual. E o pior é que as desigualdades estão presentes e se reproduzem entre nós mesmos. Como radicalizar a democracia nessas circunstâncias?

Não digo isso para nos culpabilizarmos. Digo apenas para evidenciar a necessidade de nos reconhecermos para além de nossos projetos políticos revolucionários, começando por exercitarmos entre nós a democracia que queremos para o mundo.

Quando os pretos, por exemplo, denunciam a estrutura racista dos processos históricos de dominação e evidenciam as desigualdades dentro do próprio movimento social; quando mulheres negras denunciam o sexismo do movimento negro; ou ainda quando o movimento LGBT denuncia a homofobia e a lesbofobia dentro das lutas, isso não pode ser interpretado como meros equívocos de leituras. Como "chantagem do oprimido" ou como fatores que atingem e são parte do cotidiano apenas de determinados seguimentos, pois as pressões ganham corpo e sentido nos oprimidos e também nos opressores. Nesse sentido, apesar de importante, a criação de setores, de grupos de trabalho ou coisas que o valham para tratar gênero e raça nas lutas não é suficiente. Sem o devido compromisso dos coletivos, pode mesmo ser um estratagema para não enfrentar as questões de fato.

O problema do racismo, da subordinação das mulheres e da homofobia, por exemplo, é parte da vida social e estabelece não só o lugar desfavorecido dos oprimidos, como também o lugar dos privilégios dos que, ou são opressores por determinação, ou, mesmo sem querer, inconscientes ou discordantes, se

situam em condições privilegiadas pelas normas sociais predominantes, como é o caso dos brancos, dos homens e dos heterossexuais.

Pensar a realidade das desigualdades a partir de complexas — e muitas vezes camufladas — opressões, me faz pensar também que, mais do que construir uma nova concepção de desenvolvimento, o nosso maior desafio é a construção de outras racionalidades, de outras formas de conceber a vida e a história, tendo a humanidade como diversa e colorida, com diferentes espaços e temporalidades. O direito à diversidade deveria ser para nós um princípio existencial, por assim dizer. E a noção de desenvolvimento não inclui as diversidades. Está permeada por um modelo "único" — branco, ocidental, heterossexual —, como fator que movimenta a vida e como meta para a felicidade na "aventura humana na terra".

Não é possível, por exemplo, pensar na justiça ambiental sem pensar na necessidade imprescindível de o Estado e a sociedade civil compreenderem que o mundo inteiro não vive sob os moldes capitalistas: em diferentes lugares vivem diferentes culturas e formas de relação sociedade-natureza onde esta última não é apenas instrumento de acumulação de lucro. Nós somos indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras artesanais etc. Populações e povos que pensam e sobrevivem no mundo sem a necessidade do "letramento" e do urbanismo do ideal burguês capitalista e branco predominante. Tais povos e populações são situados pelo desenvolvimento como atrasadas e transitórias, tendo seu direito de existir "encurralado" – quando não ameaçado – por certo "acordo" socialmente dominante de que o progresso e a felicidade são urbanos e industriais. Para o "desenvolvimento", pobreza e riqueza inclusive são medidas a partir da acumulação e desprovimento de mercadorias. "Qualidade de vida" é medida desde os padrões civilizatórios urbanizantes.

"Desenvolvimento" para mim é uma prerrogativa do capital e da racionalidade moderna ocidentalista europeia, que é ao mesmo tempo racista e patriarcal. Não temos, a meu ver como redimi-lo de seu cerne uniformizante, urbanizante, evolucionista, higienista. Não temos como "libertá-lo" de sua face ardilosa, que concebe a história num caminho linear. Um caminho que vai sempre para cima e para à frente, numa racionalidade marcada pela acumulação ou desprovimento de mercadorias, estas sempre entendidas como as coisas que trazem a felicidade e mediam as relações entre as pessoas e os grupos sociais.

Quando falamos de "desenvolvimento", a ideia que imediatamente vem às mentes é: como caminhar do atraso para progresso? Mas o que vem a ser o progresso, e como é o caminho para se chegar nele? O progresso é um mundo "tinindo" de gentes e coisas, tecnologicamente vinculadas, produtivamente dinâmicas, mais e mais "acumulantes". A forma de se chegar a ele não tem sido senão as dominações do modelo ocidental branco e, com ele, a produção e reprodução de injustiças e desigualdades. No cerne do desenvolvimento "para

frente e para cima" (a meu ver, até que o mundo exploda!), as diferentes gentes são situadas de forma funcionalista na política, na economia e na cultura – dimensões tratadas de formas autoritariamente fragmentadas e pretensamente isoladas umas das outras.

A "cultura do desenvolvimento" até aceita e processa as diversidades culturais, mas sempre pressupondo a sua própria como a "culta", que orquestra a vida e estabelece o lugar, a agenda, a valoração das outras e oferece o caminho para ir adiante, sobrepondo seus modos no cotidiano e folclorizando as especificidades: facilmente descartáveis ou, no mínimo, "transitórias". E, se necessário, extermináveis.

Nas imagens do "desenvolvimento", há sempre grupos que trabalham, que usam uniformes e capacetes, e que são portadores de um jeito de ser infinitivamente privado-pessoal, romantizado no suor do trabalho produtivo. Seus valores privilegiam a manutenção da família nuclear, o desenvolvimento individual como mobilidade social e manifestações artísticas que são "folclorizadas", admiradas como uma espécie de objeto exótico e interessante. O turismo de massa é um exemplo perfeito do enquadramento dos "exotismos" dos países pobres, com uma beleza inferior que contrabalança uma riqueza de "curiosidades".

Alguma vez em algum lugar alguém imaginou o desenvolvimento como um "empretamento" das culturas europeias brancas? Como um enegrecimento dos espaços de poder? Será que seria possível pensar o desenvolvimento como sendo, por exemplo, o Norte apreendendo, enquanto ideal, as formas de ser e de se relacionar do Sul? Pois, se temos uma visão predominante de que o povo latino é "quente", hospitaleiro, solidário, diverso na arte, seria a América Latina referência para o desenvolvimento europeu, norte-americano etc?

Quando proponho esse raciocínio é só para "adornar a conversa". Não estou propondo de jeito nenhum que nossas culturas tenham que ser impostas aos outros; isso seria reproduzir a arrogância dos modelos brancos europeus. Só quero também dizer da importância do simbólico, das visões invisíveis que são construídas em nós e que ora nos tornam subalternizados, ora nos fazem subalternizar outros. Por exemplo, é difícil imaginar uma reunião ministerial formada predominantemente por pessoas do sexo feminino e de cor preta. Só para fazer a caricatura.

Não, o "desenvolvimento" não nos possibilita pensar e agir ao contrário, nem tampouco nos ajuda a pensar de uma forma mais desarrumada, menos linear, mais misturada. Não falo de uma mistura funcionalista, que junta e divide, que aproxima e condensa de forma hierárquica e desigual, mas de uma mistura igualitária e equânime. O desenvolvimento da globalização capitalista produz uma mistura mediada pelos privilégios. Privilégios de diferentes naturezas. Privilégios que determinam os lugares sociais e os níveis de participação na produção e usufruto do mundo.

As desigualdades são inerentes ao "desenvolvimento" que é permeado, alimentado, estruturado e gerador de pobreza espalhada e de riqueza concentrada. Mas, no "desenvolvimento", as classes sociais são igualmente marcadas por muitas outras variantes de igual importância. Riqueza e pobreza, participação e poder têm cor e sexo. Por isso, quero entender as desigualdades sociais para além das classes, mas compondo as determinantes raciais e das relações entre homens e mulheres, materializadas em sistemas de privilégios que impõem lugares sociais de acordo com determinados padrões e possibilidades: pobreza, riqueza, cor, raça, sexo.

As desigualdades sociais, a meu ver, são ao mesmo tempo produzidas e reproduzidas não só pela condição econômica, mas também por construções ideológicas e políticas de um tipo predominante de "idealidades" sobre o que tem mais ou menos valor. Mesmo quando se percebe a pobreza, suas consequências e processos como injustos, isso não significa necessariamente rupturas em relação ao valor social que se dá aos pobres. Quanto mais a pobreza é evidente num indivíduo, em sua aparência (porque nossa condição tem fortes reflexos nos nossos corpos), mais esses indivíduos sofrem processos de discriminação, exclusão e humilhação. E, na sua produção e reprodução, o racismo é uma trama central: corpo de pobre tem cor.

Um exemplo disso são as feições e práticas das políticas voltadas para os pobres. Pensando por exemplo na cidade de Fortaleza, me vêm à mente o Centro Dragão do Mar (que é um "espaço cultural"; como se cultura fosse somente alguma coisa de arte que fica em algum lugar "sagrado") e as unidades de atendimento do SUS. Os dois são partes das políticas públicas — um para a saúde e outro para as artes —, mas a valoração é bastante diferenciada. O primeiro é marcado pelo higienismo burguês e branco, pensado para as classes mais abastadas ou mais cultas, por assim dizer. As últimas são indignantes, desde o próprio serviço às práticas dos trabalhadores da política pública, que sabem ao primeiro olhar quem vai ser atendido com mais ou menos atenção.

O que temos, pois, é um círculo vicioso e ininterrupto de exclusão e de humilhações. Para os mais pobres, menos qualidade; para os mais ricos, mais qualidade. E quando falo em qualidade não estou me referindo à cultura europadronizante do higienismo burguês, mas a construir condições de dignidades de acordo com as necessidades iguais e desiguais das pessoas. A questão é que isso implicaria numa quebra de paradigmas e na revisão dos poderes instituídos.

Os mecanismos simbólicos e valorativos não se encerram nos planos mentais e subjetivos, nem tampouco neles simplesmente nascem de forma natural e despropositada. Eles estão presentes, inerentes e implacáveis, na vida real e cotidiana. E é nessa existência materializada no corpo, nas coisas e no dia a dia que vamos experimentado os privilégios e desprivilégios, a abundância e as ausências, o desperdício e a escassez. O que acontece com os

pobres nesse modelo de desenvolvimento? São cada vez mais empobrecidos pelos privilégios. Os pobres, majoritariamente pretos, vão vivendo o dia-adia, como que num "centavo a centavo" dolorido, a cada instante duvidoso, improvável a cada manhã. As mulheres pobres e pretas, vítimas desde sempre das mais diversas formas de violência, são as gestoras da miséria, as reprodutoras dos marginalizados, as responsabilizadas e culpabilizadas pelas ausências. Saúde, educação, saneamento são ausentes ou "oferecidos" em versões pobres para os pobres, tal como eles são.

Em minha concepção, a luta deve ser, pois, antidesenvolvimento. Entendo que a noção de "desenvolvimento" como uma invenção da cultura capitalista é consensual entre nós. Assim, penso que o antidesenvolvimento capitalista deve ser uma luta abraçada por todos os movimentos sociais, uma vez que as problemáticas enfrentadas por cada um sofrem, em grande medida, a influência desse sistema nefasto. Ademais, se se quer democratizar a democracia e revolucionar a cidadania, decerto que isso não é possível no sistema capitalista, cujos valores são o individualismo, o consumismo, a apropriação desigual do poder e da riqueza. E riqueza e poder geram mais poder e riqueza, que no sistema capitalista não podem e nem devem chegar para todo mundo. Sua desigualdade e dominação são basilares e inerentes a ele mesmo.

Não é, pois, possível humanizar essa "cultura de desenvolvimento", que em sua consolidação vai se apropriando de outras formas de desigualdades, agravando-as e se estruturando cada vez mais através delas. É o caso, por exemplo, do racismo e do patriarcado, que são formas de dominação que extrapolam o próprio capitalismo, mas que são por ele muito bem processadas para gerar suas glórias, historicamente. Se o trabalho da mulher vale menos, então contratemo-nas e pagaremos menos; se o corpo da mulher é objeto, então vendamos para quem o quiser comprar; se as mulheres acumulam múltiplas habilidades, então exploremo-nas, façamos delas também as gestoras da miséria. Se os negros e negras valem menos, situemo-nos nos piores locais.

Não é estranho que os presídios, como controles de atitudes reativas das populações, sejam lotados de pretos? Não é estranho que as mulheres negras sirvam sempre? Elas precisam; que se danem! Para quê indígenas selvagens com terras e águas? Eles são atrasados e entravam a acumulação. Já as populações quilombolas são meros fantasmas oportunistas! Se os homossexuais são anormais, liberemos para eles guetos onde possam se beijar livremente, desde que paguem por isso. Mas quem dá empregos às travestis?...

Considerando toda a riqueza da crítica social construída pelos mais diferentes sujeitos e a partir das mais diferentes leituras e realidades, toda luta que se denomina anticapitalista também deve ser uma luta contra todas as formas de opressão e contra o enquadramento das racionalidades ao pensamento único que aprisiona. Não é justo nem digno hierarquizar opressões. O fato de eu estar numa luta importante que é a das mulheres não gera em mim um

sentimento de desimportância em relação à luta do MST. Até mesmo porque as mulheres estão também no campo; e nesse lugar experimentam opressões que não são só geradas pelo capital, mas também pelo machismo, inclusive dos companheiros. Do mesmo modo que não posso fazer a luta das mulheres sem considerar toda a opressão de classe social que sobre elas se acumula. Falo das mulheres pobres e, acrescento, negras e indígenas em particular.

Em minha luta antidesenvolvimento, não posso deixar de ver que a pobreza tem cor e tem raça, e que, portanto, o racismo está presente. Fortalecer a luta antirracista é preciso, assim como a luta contra o patriarcado e outras formas de opressão. Isto deve ser um compromisso ético de fundo, radical e revolucionário. O que não quer dizer que todos e todas devamos estar em todos os grupos e em todas as reuniões, mas que devemos compreender e atentar para as opressões em suas complexidades; estabelecer um discurso político radical e solidário; e instituir alianças estratégicas sinceras e verdadeiras de compromisso mútuo, que não sejam meros acordos instrumentalizados ou utilitaristas (e, diga-se de passagem, certamente passageiros!).

Junto com o desafio de articular as lutas, situo o de romper com as opressões por dentro dos próprios movimentos, pois, não é porque somos críticos e comprometidos, que nos tornamos "santos e santas". Será razoável um movimento de mulheres que tem práticas racistas? Um movimento de homossexuais cujos homens são lesbofóbicos e misóginos? Um movimento pela reforma agrária que não reconhece os direitos das mulheres à terra? Um movimento anticapitalista cujos militantes violentam e negam espaços de poder às mulheres e aos homossexuais? Um movimento ambientalista que não reconhece as diferentes determinantes de gênero, raça e classe social?

Não atentar também para essas questões e injustiças nos leva a reduzir nossas lutas a dimensões focadas (que em si mesmas são importantes no nível da identidade e das estratégias), que conduzem inexoravelmente a um reducionismo que, ouso dizer, é tão desigual e opressor quanto os velhos sistemas de dominação. Porque nos coloca na complicada condição de luta contra um (ou uns) e de reprodução de outros, tão perversos quanto. Caímos na racionalidade desenvolvimentista. E aí o revolucionário se transforma num "retardatário"!

Tudo isso para dizer que a luta revolucionária não pode ser uma luta de "meias questões". Uma luta verdadeiramente revolucionária precisa conter em seu âmago uma rejeição ética e política a toda e qualquer forma de opressão. Projetos contra-hegemônicos devem se pautar na derrubada de todas as estruturas desiguais que orientam as sociedades atuais e desde sempre. Para mim, essas são as premissas das utopias revolucionárias! Decerto que são mais trabalhosas, mas espero que encontremos os melhores caminhos.

